



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2018



NOTA DE ABERTURA



No final de mais um ciclo de gestão, o Exército apresenta neste Relatório o grau de concretização dos objetivos propostos e recursos mobilizados durante o ano 2018, e ainda uma visão da trajetória a seguir no futuro próximo.

O ano de 2018 foi particularmente desafiante para o Exército, tanto no plano interno como no plano externo. Internamente, a exposição mediática desencadeada por casos com impacto na segurança de pessoas e meios colocou a instituição no centro do escrutínio da opinião pública, ao mesmo tempo que, com os limitados recursos disponíveis, se procurava reforçar as medidas de segurança das infraestruturas, sem prejudicar os níveis de operacionalidade. Paralelamente, a forte aposta na edificação de capacidades e o acréscimo do empenhamento no âmbito do Apoio Militar de Emergência, em resposta aos trágicos incêndios de 2017, tiveram que ser conjugados com o agravamento da situação dos efetivos, nomeadamente com as dificuldades na retenção de Praças.

A nível externo, o acréscimo da exigência nos Teatros de Operações em que o Exército está presente, só foi suplantado pela qualidade dos nossos soldados, sobejamente reconhecida internacionalmente. É de sublinhar, neste âmbito, a consolidação da Missão das Nações Unidas na República Centro Africana, onde a Força nacional é considerada uma referência do ponto de vista operacional, assim como a projeção de uma Força para uma nova missão no Afeganistão. Teve ainda lugar a nomeação de militares portugueses para altos cargos de comando em operações militares internacionais, designadamente na República Centro Africana, com os cargos de Segundo Comandante da missão das Nações Unidas e de Comandante da missão da União Europeia.

Além disso, 2018 trouxe ao Exército uma nova liderança e, simultaneamente, uma nova estratégia, veiculada na Diretiva Estratégica do Exército 2019-2021, centrada em cinco desafios fundamentais: reunir e motivar, atrair e reter, racionalizar e cooperar, aferir e controlar, e comunicar e relacionar.

Esta estratégia visa estabelecer uma instituição progressivamente mais moderna e mais eficaz, um pilar de credibilidade, disponibilidade e prontidão, ao serviço da Nação e na defesa dos seus interesses, dentro e fora do território nacional, a prestigiar e a cumprir Portugal.

Lisboa, 26 de junho de 2019

O Chefe do Estado-Maior do Exército

ORIGINAL ASSINADO

ARQUIVADO NO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

José Nunes da Fonseca

General



ÍNDICE

I. NOTA INTRODUTÓRIA.....	1
1. Breve análise conjuntural	3
a. Ambiente externo	3
b. Ambiente interno	4
2. Orientações gerais e específicas.....	8
a. Enquadramento legislativo	8
b. Fatores condicionantes	9
II. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RECURSOS DISPONÍVEIS	11
1. Consecução dos objetivos do plano e estratégia seguida	12
a. Estratégia adotada para o cumprimento dos objetivos	12
b. Objetivos estratégicos	12
c. Objetivos operacionais	14
d. Linhas de ação.....	14
2. Desenvolvimento das atividades, resultados previstos e alcançados	15
a. OE1 – Maximizar o emprego de Forças e meios.....	16
b. OE2 – Contribuir para uma Defesa Nacional participativa	25
c. OE3 – Garantir condições adequadas de treino e emprego	27
d. OE4 – Melhorar a imagem do Exército.....	29
e. OE5 – Reforçar o valor dos recursos humanos do Exército	34
f. OE6 – Maximizar os recursos patrimoniais do Exército.....	39
g. OE7 – Melhorar condições de serviço, segurança social e apoio à família militar ...	41
h. OE8 – Melhorar a obtenção e a gestão dos recursos do Exército	43
i. OE9 – Assegurar o reequipamento e a modernização do Exército.....	46
3. Afetação real e prevista dos recursos humanos, materiais e financeiros.....	49
a. Recursos Humanos.....	49
b. Recursos Materiais	52
c. Recursos Financeiros.....	55
4. Grau de realização dos programas de formação, com inclusão de indicadores	62
III. AVALIAÇÃO FINAL.....	65
1. Análise à execução do Plano e sua articulação com o Programa do Governo	66
2. Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados.....	67
3. Mecanismos de participação e auscultação dos clientes.....	68
a. Clientes internos	68
b. Clientes externos	69
4. Conclusões prospetivas	70

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – ALINHAMENTO ENTRE O PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E O PLANEAMENTO DE ATIVIDADES	2
FIGURA 2 – ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO	7
FIGURA 3 – MAPA ESTRATÉGICO	12
FIGURA 4 – NÍVEL DE REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	15
FIGURA 5 – PARTICIPAÇÃO EM MISSÕES NO ÂMBITO DA OTAN/COLIGAÇÃO INTERNACIONAL	16
FIGURA 6 – PARTICIPAÇÃO EM MISSÕES NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA	17
FIGURA 7 – PARTICIPAÇÃO EM MISSÕES NO ÂMBITO DA ONU	17
FIGURA 8 – DISTRIBUIÇÃO SAZONAL DAS VISITAS	26
FIGURA 9 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE “SEGUIDORES” NA PÁGINA DO FACEBOOK DO EXÉRCITO	29
FIGURA 10 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE “GOSTOS” NA PÁGINA DO FACEBOOK DO EXÉRCITO	30
FIGURA 11 – NÚMERO DE “GOSTOS”, POR PUBLICAÇÃO, NA CONTA DO EXÉRCITO NO INSTAGRAM	30
FIGURA 12 – NÚMERO DE “COMENTÁRIOS”, POR PUBLICAÇÃO, NA CONTA DO EXÉRCITO NO INSTAGRAM	31
FIGURA 13 – ORIGEM FAMILIAR DOS ALUNOS	36
FIGURA 14 – AÇÕES DE FORMAÇÃO QUE CONFERIRAM CERTIFICADOS DE QUALIFICAÇÃO	37
FIGURA 15 – NÚMERO DE FORMANDOS CERTIFICADOS	37
FIGURA 16 – FORMAÇÃO NO ÂMBITO DO PLANO DE FORMAÇÃO ANUAL	37
FIGURA 17 – PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÕES DESPORTIVAS MILITARES	38
FIGURA 18 – PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÕES DESPORTIVAS MILITARES, POR MODALIDADE	39
FIGURA 19 – VISITAS DE APOIO TÉCNICO NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO	41
FIGURA 20 – DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS POR CATEGORIAS	49
FIGURA 21 – DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS POR VÍNCULO CONTRATUAL	49
FIGURA 22 – DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS POR GÉNERO	50
FIGURA 23 – DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS POR ÓRGÃO CENTRAL DE COMANDO	50
FIGURA 24 – EVOLUÇÃO DAS PASSAGENS À SITUAÇÃO DE RESERVA	51
FIGURA 25 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA GLOBAL	56
FIGURA 26 – ESTRUTURA DA DESPESA (OMDN)	57
FIGURA 27 – ESTRUTURA DA DESPESA (DCCR)	58
FIGURA 28 – ESTRUTURA DA DESPESA DAS FND – RECEITAS GERAIS E TRANSFERÊNCIA DE RECEITAS	59

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 – PROJETOS NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR	18
TABELA 2 – FORMAÇÃO MINISTRADA EM PORTUGAL, NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR.....	20
TABELA 3 – ADMISSÕES AOS ESTABELECIMENTOS MILITARES DE ENSINO – ANO LETIVO DE 2017/2018	35
TABELA 4 – ALUNOS QUE INICIARAM O ANO LETIVO DE 2017/2018	35
TABELA 5 – APROVEITAMENTO ESCOLAR NO ANO LETIVO DE 2017/2018	36
TABELA 6 – INCORPORAÇÕES E SAÍDAS DE EFETIVOS EM RV/RC.....	43
TABELA 7 – INCORPORAÇÕES E SAÍDAS EM RV/RC	50
TABELA 8 – PASSAGENS À SITUAÇÃO DE RESERVA.....	51
TABELA 9 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR FONTE DE FINANCIAMENTO	55
TABELA 10 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR FONTE DE FINANCIAMENTO	55
TABELA 11 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR AGREGADO DE DESPESA.....	56
TABELA 12 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR AGRUPAMENTO DE DESPESA (OMDN)	57
TABELA 13 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR AGRUPAMENTO DE DESPESA (DCCR)	58
TABELA 14 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS FND, POR MISSÃO	59
TABELA 15 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO	60
TABELA 16 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA LPM POR PROJETO	60
TABELA 17 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA LEI DAS INFRAESTRUTURAS MILITARES	61
TABELA 18 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL RELATIVA A PROJETOS COMUNITÁRIOS.....	61
TABELA 19 – FORMAÇÕES REALIZADAS, FORMANDOS E RESPECTIVA TAXA DE SUCESSO.....	62
TABELA 20 – FORMAÇÕES REALIZADAS E HORAS DE FORMAÇÃO	62
TABELA 21 – NÚMERO DE FORMANDOS EM CURSOS DE PROMOÇÃO DO QUADRO PERMANENTE.....	63
TABELA 22 – FORMAÇÕES FORA DO RAMO, POR CATEGORIA.....	63

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 – CORRESPONDÊNCIA ENTRE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OS OBJETIVOS OPERACIONAIS	14
QUADRO 2 – FORÇAS EM PRONTIDÃO NO ÂMBITO DOS MECANISMOS DE RESPOSTA RÁPIDA	18
QUADRO 3 – ATIVIDADE DE VIGILÂNCIA DESENVOLVIDA NO ÂMBITO DO FAUNOS	22
QUADRO 5 – APOIOS INOPINADOS A ENTIDADES CIVIS.....	24
QUADRO 6 – TOTAL DE EFETIVOS EMPENHADOS	24
QUADRO 7 – VISITANTES DOS MUSEUS, ARQUIVOS E BIBLIOTECA DO EXÉRCITO	25
QUADRO 8 – EXERCÍCIOS REALIZADOS	28
QUADRO 9 – ATIVIDADE INSPETIVA	41
QUADRO 10 – FORMAÇÕES REALIZADAS, POR TIPOLOGIA	62
QUADRO 11 – Nº DE FORMANDOS EM CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL PARA RV/RC	63
QUADRO 12 – FORMAÇÃO FREQUENTADA NO ESTRANGEIRO	64

Lista de siglas e abreviaturas

CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DCCR	Despesas Com Compensação em Receitas
DCE 17/19	Diretiva do Comandante do Exército 2017/2019
DGPDN	Direção-Geral de Política de Defesa Nacional
EUTM	<i>European Union Training Mission</i>
FND	Forças Nacionais Destacadas
LIM	Lei de Infraestruturas Militares
LPM	Lei de Programação Militar
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MINUSCA	<i>United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic</i>
MS EPM	<i>Microsoft Enterprise Project Management</i>
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OE	Objetivos Estratégicos
OMDN	Orçamento do Ministério da Defesa Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OO	Objetivos Operacionais
RCA	República Centro Africana
RCE	Regime de Contrato Especial
RIPSM	Regulamento de Incentivos à Prestação do Serviço Militar
RV/RC	Regime de Voluntariado e Regime de Contrato
SIGDN	Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública



I. NOTA INTRODUTÓRIA

I. Nota Introdutória

O Plano de Atividades e o Relatório de Atividades constituem, no atual quadro normativo da Administração Pública, dois pilares fundamentais da gestão pública, materializando, respetivamente, as funções de planeamento e de controlo.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro, o “plano anual de atividades deve discriminar os objetivos a atingir, os programas a realizar e os recursos a utilizar”, constituindo a base da proposta de orçamento, ao passo que o “relatório de atividades deve discriminar os objetivos atingidos, o grau de realização dos programas e os recursos utilizados”.

Assim, o ciclo de gestão de 2018 foi conduzido por forma a garantir o alinhamento entre:

- A Diretiva do Comandante do Exército, que materializa a estratégia da organização a médio e longo prazo, definindo os seus objetivos e prioridades;
- O Plano de Atividades, que materializa a alocação de recursos aos diversos objetivos, num horizonte temporal de um ano económico;
- O Relatório de Atividades, numa perspetiva de avaliação do grau de prossecução dos objetivos definidos;
- O Quadro de Avaliação e Responsabilização, enquanto instrumento de avaliação dos Objetivos, permanentemente monitorizados através de modernas ferramentas de apoio à gestão estratégica, nomeadamente, a plataforma *Microsoft Enterprise Project Management* (MS EPM).

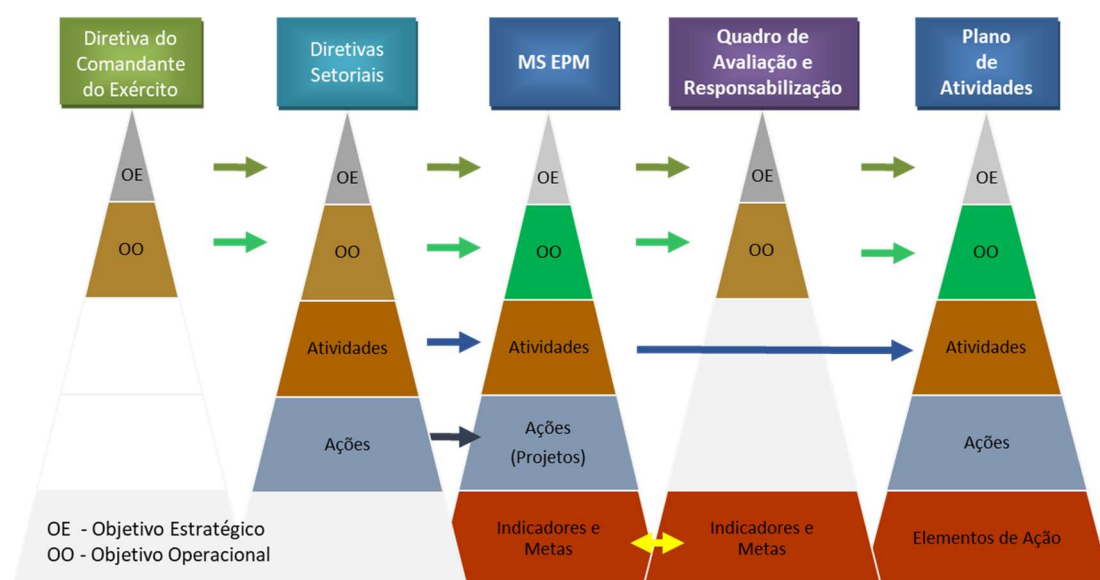


Figura 1 – Alinhamento entre o Planeamento Estratégico e o Planeamento de Atividades

1. Breve análise conjuntural

a. Ambiente externo

(1) Enquadramento e caracterização

O ambiente estratégico é evolutivo e caracterizado por uma maior complexidade dos problemas geoestratégicos e dos desafios globais, com ameaças de natureza híbrida, instabilidades regionais, permeabilidade de fronteiras e as evidentes alterações climáticas, que lhe conferem imprevisibilidade, obrigando a uma grande flexibilidade das capacidades de resposta.

A necessidade de garantir os compromissos internacionais do Estado, e de ter capacidade para cumprir as missões de soberania e outras, nomeadamente de apoio ao desenvolvimento e bem-estar das populações, para além de induzirem novas intenções de capacitação militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da União Europeia e da Organização das Nações Unidas (ONU), estimulam a edificação de valências modernas e interoperáveis, capazes de agir nos diferentes domínios das operações, requerendo sistemas que conjuguem a projeção com a proteção e o potencial de combate, sendo agora necessário revitalizar as capacidades médias e pesadas, com acrescidos níveis de prontidão.

(2) Participação no âmbito das alianças internacionais e relações bilaterais

No âmbito das alianças internacionais e em apoio à política externa do Estado, o Exército continuou a participar na prossecução dos interesses nacionais, através da afirmação da presença do nosso País no mundo, da consolidação da sua inserção na rede de alianças, da afirmação e da credibilidade externa do Estado e da valorização das comunidades portuguesas, contribuindo, assim, para a promoção da paz e da segurança internacional.

Para este desígnio, o Exército assegurou a participação em missões no quadro da ONU, OTAN e União Europeia, bem como no âmbito da Cooperação no Domínio da Defesa, sobretudo com os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e do Processo de Cooperação do Mediterrâneo Ocidental (Iniciativa 5+5), e ainda no relacionamento bilateral e multilateral. Assim, no plano externo, destacam-se os excelentes índices de desempenho operacional que atestam a enorme credibilidade e prestígio das nossas Forças Nacionais Destacadas, nos diferentes teatros e ambientes operacionais onde a Nação tem determinado o seu emprego.

b. Ambiente interno

(1) Principais desafios ao Exército

Os recursos humanos continuam a ser o ativo mais importante e valioso para o Exército, conotando assim o recrutamento militar como uma atividade fundamental, dado que é o primeiro passo do processo de alimentação do seu Sistema de Forças.

Concomitantemente, a valorização contínua dos recursos humanos, através do ensino e da formação, é igualmente fundamental, justificando-se, por isso, o contínuo esforço que o Exército tem colocado na sua acreditação e reconhecimento, a nível nacional e internacional, bem como a procura da consolidação das ciências militares como área científica. Para o alcance deste desígnio contribuem as várias parcerias e protocolos que o Exército tem desenvolvido com outras entidades, nos mais variados âmbitos, nacionais e estrangeiros, em reforço do seu património intelectual e científico, designadamente a nível da Investigação, Desenvolvimento e Inovação.

A projeção e viabilização de carreiras atrativas, realistas e motivadoras constitui também uma preocupação permanente do Exército, com a certeza de que só com efetivos motivados, conhecedores e com saber se consegue ter uma Instituição credível, orientada para o futuro e capaz de cumprir a sua missão eficientemente. Assim, a par da capacidade de recrutar os melhores e de os valorizar através de formação e ensino de excelência, a retenção dos militares mais capazes, já conhecedores da *praxis* institucional e detentores dos saberes específicos mais pertinentes, constitui também um importante desafio para o Exército.

O ano de 2018 coincidiu com o fecho de um ciclo de investimento em capacidades (final do quadriénio 2015-2018), que englobou, consequentemente, um processo de revisão da Lei de Programação Militar (LPM). Com o foco colocado na estratégia genética, para a redução de lacunas e para a maximização dos seus sistemas, sobretudo daqueles que compõem as suas capacidades distintivas, apesar de uma conjuntura socioeconómica desfavorável, o Exército continuou a empreender um esforço orientado para a modernidade, materializado na integração de novos equipamentos e fardamentos, na contribuição para suprir necessidades de atualização e substituição dos materiais, bem como no levantamento de novas capacidades. Neste contexto desafiante, em que vigora uma competição por recursos, a tónica coloca-se na simplificação, na sincronia e na procura de sinergias entre os processos de edificação de capacidades, salientando-se a consolidação da designada Reforma “Defesa 2020”, bem como a edificação de capacidades do

Sistema de Forças aprovado, particularmente ao nível do Sistema de Combate do Soldado, do Comando e Controlo, das Viaturas Táticas Blindadas Ligeiras, dos meios de *Intelligence, Surveillance, Target Acquisition, and Reconnaissance* (ISTAR), dos meios de Operações Especiais e do Apoio Militar de Emergência.

O Exército tem à sua disposição infraestruturas que permitem o cumprimento da sua missão. No entanto, neste campo, persistem alguns desafios relacionados com a respetiva racionalização, manutenção e modernização, para o cumprimento de novas exigências funcionais. Neste particular, importa sublinhar o relevante esforço de preservação e promoção do património histórico e cultural nacional à sua responsabilidade, missão que o Exército continuará a assumir, no sentido da promoção do seu elevado valor identitário e da própria Portugalidade.

Quanto ao emprego das Forças Armadas, a nível interno, no respeito da legislação em vigor e das capacidades existentes, para além da participação regular em missões e exercícios, no plano da intervenção em emergências complexas, são múltiplas as capacidades militares terrestres que possuem natureza dual, ou que podem ser usadas com esse sentido. Tal tem vindo a ser cabalmente demonstrado e reconhecido pela atuação do Exército no âmbito do Apoio Militar de Emergência, protegendo e salvaguardando as pessoas e os seus bens, e apoiando, eficazmente, outras entidades com quem partilha responsabilidades na matéria. Esforço que continuará a ser maximizado através da organização, qualidade, eficiência e disponibilidade das capacidades militares terrestres, afetas, direta ou indiretamente, a esta importante missão.

Por fim, e não menos importante, é ainda da maior pertinência sublinhar a eficiência do Exército na sua estratégia de comunicação, constituindo, igualmente, um dos mais relevantes desafios que importa aceitar e superar, no sentido da consolidação e do incremento da credibilidade de todos os processos e atividades desenvolvidas. A consecução deste objetivo é particularmente relevante para o exterior, mas também internamente, cujos temas essenciais se centram na atratividade da organização e na cabal demonstração da sua eficiência operacional.

(2) Missão

O Exército Português tem como missão:

- Participar na defesa militar da República.
- Assegurar a geração, preparação, e sustentação de Forças e meios da Componente Operacional do Sistema de Forças.
- Participar em missões no âmbito das Organizações Internacionais.
- Participar em missões no exterior do Território Nacional, na salvaguarda da vida e dos interesses dos portugueses.
- Executar ações de cooperação técnico-militar.
- Cooperar, nos termos da lei, com as Forças de Segurança.
- Cooperar em missões de proteção civil.
- Colaborar em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e da melhoria da qualidade de vida das populações.

(3) Visão

A visão do Chefe do Estado-Maior do Exército expressa na Diretiva do Comandante do Exército 2017-2019 (DCE 17/19) traduz:

“Um Exército moderno, competente, interoperável, com elevada disponibilidade e prontidão.

Um Exército credível e atrativo, que usa os seus recursos com eficiência e eficácia e valoriza os seus militares e civis.

Um Exército de qualidade, ao serviço de Portugal e dos portugueses”.

(4) Valores

O Exército, enquanto organização secular, assenta a sua identidade e coesão num conjunto de valores:

- A Disciplina, como meio para atingir a unidade de esforço na prossecução dos efeitos desejados.
- A Honra, decorrente da atitude honesta, firme e digna impostas no cumprimento do dever, mesmo à custa dos maiores sacrifícios.
- A Lealdade, como força anímica da disciplina, consubstanciada na prática da verdade e na fidelidade aos princípios éticos, elementos basilares da camaradagem no Exército.
- A Coragem, na forma como se enfrentam os riscos e as dificuldades.
- A Disponibilidade, manifestada na permanente prontidão para servir, mesmo

com sacrifício dos interesses pessoais.

- A Transparência, decorrente da consciência do dever cumprido e pela certeza da neutralidade ao escrutínio dos seus processos, atitudes e práticas.

(5) Estrutura orgânica

Nos termos do Decreto-Lei n.º 186/2017, de 29 de dezembro, o Exército encontra-se organizado numa estrutura vertical e hierarquizada, compreendendo um Órgão de Estado-Maior, um Órgão de Inspeção, Órgãos de Conselho, Órgãos Centrais de Administração e Direção, o Comando da Componente Terrestre, os Órgãos de Base e os Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças, conforme se apresenta na figura seguinte:

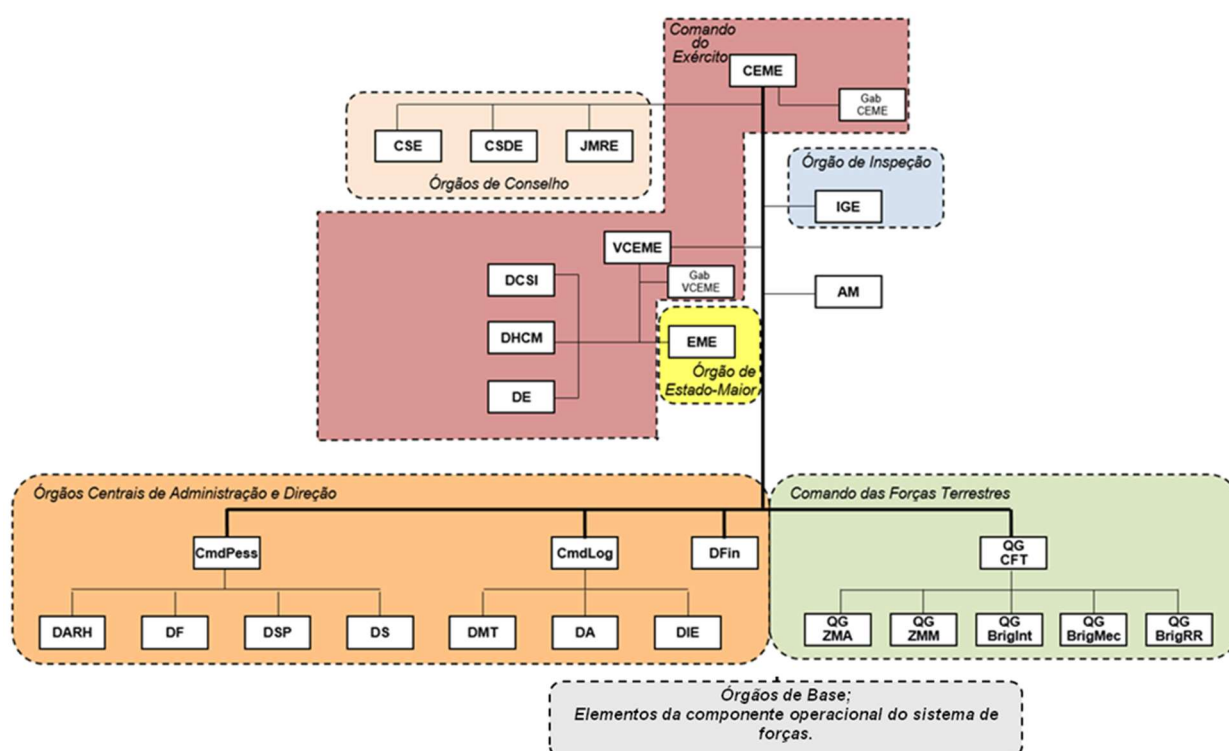


Figura 2 – Organização do Exército

(6) Sistema de control interno

Para promover a verificação, acompanhamento, avaliação e informação sobre a legalidade, regularidade e boa gestão das suas atividades, programas, projetos e operações, o Exército integra um conjunto de órgãos dos quais se destacam:

- A Inspeção-Geral do Exército que, funcionando na dependência direta do Chefe do Estado-Maior do Exército, fiscaliza o cumprimento das diretivas e orientações do Comando do Exército;
- O Gabinete do Comandante da Logística que garante o cumprimento dos

requisitos técnicos dos equipamentos adquiridos;

- A Repartição de Auditoria da Direção de Finanças, responsável pelo controlo interno no âmbito da administração financeira;
- A Repartição de Auditoria de Abonos e Descontos do Comando do Pessoal, responsável pela fiscalização dos processos no âmbito dos vencimentos e remunerações.

2. Orientações gerais e específicas

A atividade do Exército em 2018 foi enquadrada na linha estruturante da Defesa Nacional definida pelo Conceito Estratégico de Defesa Nacional e pelas Linhas Gerais da Reforma “Defesa 2020”, em conformidade com o programa do XXI Governo Constitucional e com as orientações emanadas pela Tutela.

O Plano de Atividades do Exército para 2018 traduziu, para este ano económico, os objetivos definidos na DCE 17/19 e as orientações e prioridades decorrentes das Linhas de Ação estabelecidas.

a. Enquadramento legislativo

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril, define a estratégia global a adotar pelo Estado para a consecução dos objetivos da política de segurança e defesa nacional.

Decorrente deste enquadramento, foi definido um Sistema de Forças, com uma estrutura baseada em áreas de capacidades de natureza conjunta, com uma matriz de cariz expedicionário e uma capacidade de projeção de Forças que garanta flexibilidade operacional.

O dispositivo territorial do Exército, presente em todo o Território Nacional, contribui para o reforço da coesão e identidade nacional, mantendo a proximidade com as populações.

Resumidamente, o quadro legislativo e normativo que regulou a atividade e o funcionamento do Exército, no ano de 2018, assentou nos seguintes diplomas e documentos:

- Constituição da República Portuguesa;
- Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto (Lei de Defesa Nacional);
- Lei Orgânica n.º 6/2014, de 1 de setembro (Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas);
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril (Conceito Estratégico de Defesa Nacional);

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril (Defesa 2020);
- Conceito Estratégico Militar 2014;
- Despacho n.º 11400/MDN/2014 (Diretiva Ministerial de Planeamento de Defesa Militar);
- Missões das Forças Armadas 2014;
- Sistema de Forças Nacional 2014;
- Dispositivo de Forças 2014;
- Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro (Lei Orgânica do Exército);
- Decreto-Regulamentar n.º 11/2015, de 31 de julho (Aprova a Orgânica do Exército);
- Lei Orgânica n.º 6/2015, de 18 de maio (Lei de Infraestruturas Militares);
- Lei Orgânica n.º 7/2015, de 18 de maio (Lei de Programação Militar);
- Despacho n.º 3706/2016, de 18 de fevereiro, do Ministro da Defesa Nacional (Relação das Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército);
- Portaria n.º 301/2016, de 30 de novembro (Regulamento da Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas);
- Diretiva do Comandante do Exército 2017/2019.
- Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (Orçamento do Estado para 2018);
- Decreto-Lei n.º 7/2018, de 9 de fevereiro (Aprova o Efetivo de Militares das Forças Armadas para 2018).

b. Fatores condicionantes

As principais condicionantes à atividade do Exército em 2018 foram:

- A escassez de **recursos humanos** disponíveis, traduzida pela falta de cidadãos voluntários para prestar serviço militar nos diferentes regimes e pela redução do universo de recrutamento, reflexo da conjugação entre a evolução demográfica e a reduzida atratividade da prestação do serviço militar;
- Escassez de **recursos financeiros**, com impacto negativo no reequipamento e na edificação de capacidades, que resulta num aumento dos riscos operacionais e dos encargos de manutenção;
- A idade avançada e a elevada utilização das **infraestruturas**, que resultam em baixos índices de conforto e de eficiência energética, e em elevados custos de manutenção e conservação.





II. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RECURSOS DISPONÍVEIS

1. Consecução dos objetivos do plano e estratégia seguida

a. Estratégia adotada para o cumprimento dos objetivos

A Diretiva do Comandante do Exército definiu a estratégia do Exército para o triénio de 2017-2019, estabelecendo orientações e prioridades, numa abordagem baseada na metodologia *Balanced Scorecard*, através da definição de Objetivos Estratégicos, Objetivos Operacionais e Linhas de Ação, e atribuindo responsabilidades às Entidades Setoriais, através de uma matriz de operacionalização da estratégia.

Por sua vez, cada uma das Entidades Setoriais restabeleceu a sua missão, através de Diretivas Setoriais alinhadas com a DCE17/19, identificando, para cada uma das Linhas de Ação, as ações a desenvolver, inseridas, como projetos, no *MS EPM*.

Os Objetivos Operacionais serviram igualmente de suporte à elaboração do Plano de Atividades, que se constitui como a base da Proposta de Orçamento.

A monitorização efetuada através do MS EPM permitiu ao Comando do Exército acionar as medidas corretivas necessárias e facilitou a avaliação permanente da atividade do Exército, no âmbito do Quadro de Avaliação e Responsabilização, nos termos previstos pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro.

b. Objetivos estratégicos

A DCE17/19 definiu os nove objetivos estratégicos que, a seguir, se detalham:

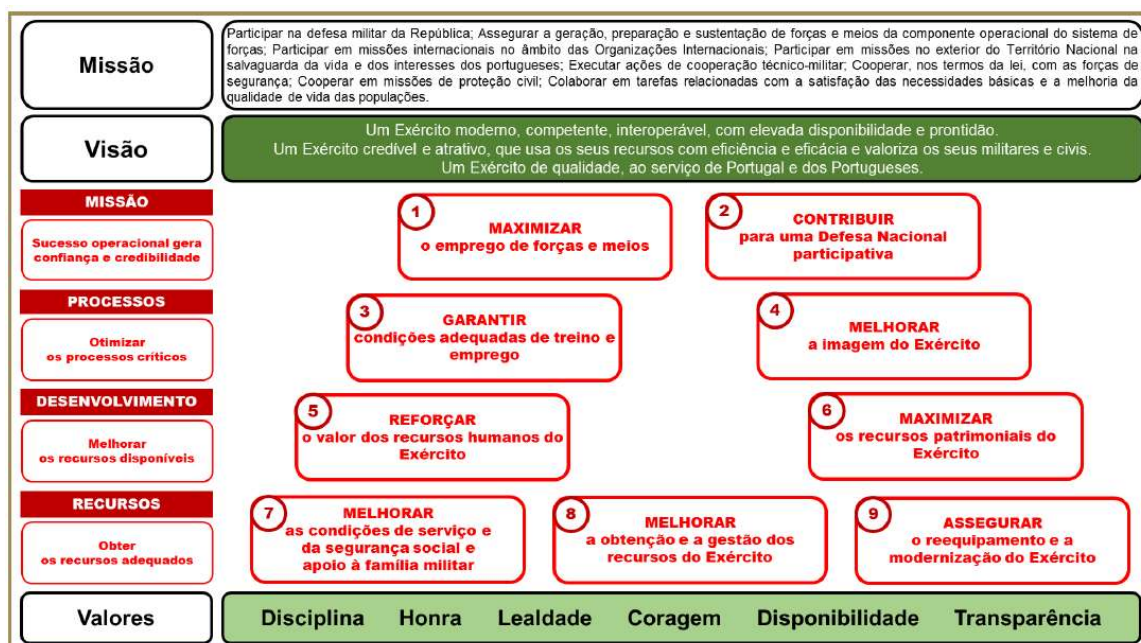


Figura 3 – Mapa Estratégico

- (1) OE1 – Maximizar o emprego de Forças e meios.

O Exército cumpre a sua Missão através da aplicação eficaz das suas capacidades, fomentando a segurança e confiança dos cidadãos.

- (2) OE2 – Contribuir para uma Defesa Nacional participativa

Este objetivo visa o aumento do envolvimento da população com o Exército, com vista ao desenvolvimento de uma cultura de Defesa Nacional.

- (3) OE3 – Garantir condições adequadas de treino e emprego

As condições de treino e de emprego das Capacidades do Exército devem ser asseguradas de forma a garantir a eficácia do produto operacional.

- (4) OE 4 – Melhorar a imagem do Exército

Este objetivo visa desenvolver, no âmbito organizacional e instrumental, a capacidade do Exército de promover, cuidar e melhorar a sua imagem, de forma a posicioná-la adequadamente no seio da sociedade.

- (5) OE 5 – Reforçar o valor dos recursos humanos do Exército

Sendo os recursos humanos o centro de gravidade e o ativo do Exército que mais contribui para o sucesso organizacional e operacional, importa desenvolver esforços para aumentar o seu património intelectual, através da qualificação.

- (6) OE 6 – Maximizar os recursos patrimoniais do Exército

Cuidar e valorizar, em cada momento, os recursos imateriais do Exército, como alavancas e multiplicadores do valor dos recursos materiais, numa relação de valorização recíproca.

- (7) OE 7 – Melhorar as condições de serviço, segurança social e apoio à família militar

Desenvolver esforços no sentido de garantir as melhores condições de serviço e sociais possíveis para esta comunidade (militares, civis e familiares), durante o tempo de serviço e após este.

- (8) OE 8 – Melhorar a obtenção e a gestão dos recursos do Exército

Sendo os recursos sempre escassos, importa garantir rigor nas prioridades assumidas em cada momento, e uma gestão burocraticamente eficiente dos recursos atribuídos pela Nação ao Exército.

- (9) OE 9 – Assegurar o reequipamento e a modernização do Exército

Acompanhar continuamente as tendências e evoluções, de forma a manter-se atual, na vanguarda do saber, reputado junto dos seus aliados e voltado para o futuro.

c. Objetivos operacionais

Cada um dos objetivos estratégicos foi decomposto em objetivos operacionais:

Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais
OE1 – Maximizar o emprego de forças e meios	OO11 – Elevar o contributo do Exército para a produção de um ambiente de segurança e estabilidade no plano externo
	OO12 – Incrementar a ação do Exército nas ações de apoio à população, às autoridades nacionais e na preservação do património nacional
OE2 – Contribuir para uma Defesa Nacional participativa	OO21 – Aumentar a participação da sociedade nas atividades do Exército
	OO22 – Ampliar a quantidade e tipologia de atividades do Exército destinadas aos cidadãos
OE3 – Garantir condições adequadas de treino e emprego	OO31 – Aumentar as Forças e o pessoal treinado e certificado
	OO32 – Promover o treino de âmbito conjunto e combinado
	OO33 – Melhorar o apoio logístico e a sustentação
OE4 – Melhorar a imagem do Exército	OO41 – Melhorar a comunicação do Exército
	OO42 – Melhorar a divulgação do património histórico, cultural, intelectual, científico e ambiental do Exército
OE5 – Reforçar o valor dos recursos humanos do Exército	OO51 – Aumentar a qualidade e o reconhecimento da oferta educativa do Exército
	OO52 – Promover a qualificação dos militares e civis nas formações no Exército e formação no âmbito Nacional e Internacional
OE6 – Maximizar os recursos patrimoniais do Exército	OO61 – Melhorar o património histórico, cultural, intelectual, científico, do conhecimento e ambiental do Exército
	OO62 – Expandir a rede de parceiros do Exército de âmbito histórico, cultural, académico, científico e ambiental
	OO63 – Assegurar o controlo, a segurança, a qualidade e a igualdade
OE7 – Melhorar as condições de serviço e da segurança social e apoio à família militar	OO71 – Melhorar a atratividade do serviço no Exército
	OO72 – Melhorar as condições legais e estatutárias do serviço no Exército
OE8 – Melhorar a obtenção e a gestão dos recursos do Exército	OO81 – Melhorar a obtenção e a gestão de recursos humanos
	OO82 – Melhorar a obtenção e a gestão dos recursos financeiros
	OO83 – Melhorar a obtenção e a gestão dos recursos materiais e infraestruturais
	OO84 – Consolidar as metodologias, as ferramentas e o processo de decisão
OE9 – Assegurar o reequipamento e a modernização do Exército	OO91 – Melhorar a identificação de necessidades, a priorização de investimentos e os prazos para a edificação de capacidades do Exército
	OO92 – Acompanhar as tendências e evoluções genéticas, organizacionais e operacionais no âmbito Nacional e Internacional
	OO93 – Reforçar a IDI como catalisador de um Exército moderno

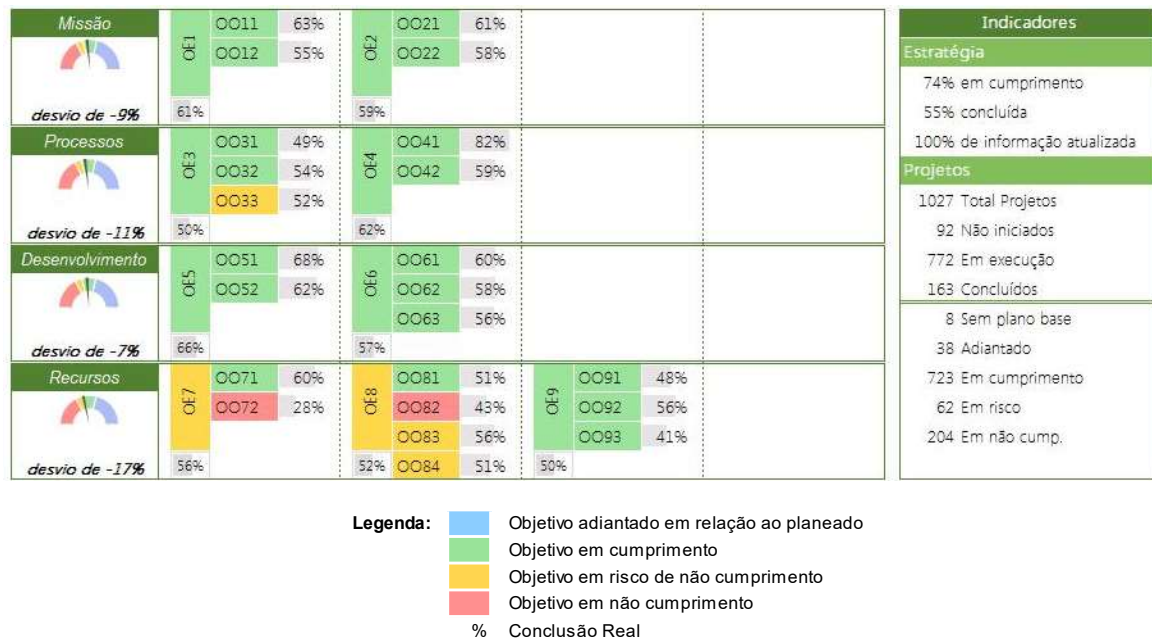
Quadro 1 – Correspondência entre os objetivos estratégicos e os objetivos operacionais

d. Linhas de ação

Por sua vez, para atingir os objetivos operacionais foram identificadas 94 linhas de ação, materializadas através de uma matriz de operacionalização da estratégia, com base na qual as Entidades Setoriais definiram, nas respetivas Diretivas Setoriais, as ações a desenvolver, inseridas, sob a forma de projetos, no MS EPM, de modo a garantir a respetiva monitorização.

2. Desenvolvimento das atividades, resultados previstos e alcançados

De um modo geral, todos os Objetivos apresentam um nível de realização consonante com as metas estabelecidas, com exceção dos Objetivos relacionados com a obtenção e gestão de recursos, reflexo da dificuldade em atrair e reter efetivos nas fileiras.



a. OE1 – Maximizar o emprego de Forças e meios

(1) OO11 – Elevar o contributo do Exército para a produção de um ambiente de segurança e estabilidade no plano externo

O contributo do Exército para a estabilidade no plano externo assenta em três pilares distintos, mas complementares: a participação em missões humanitárias e de paz, a participação nos mecanismos de resposta rápida da OTAN e da União Europeia e a Cooperação no Domínio da Defesa, nomeadamente através da Cooperação Técnico-Militar com os países da CPLP.

(a) Missões Humanitárias e de Paz

O Exército participou em dez missões no âmbito da OTAN/Coligação Internacional, da União Europeia e da ONU, sendo de destacar a projeção e início de operações da *Quick Reaction Force* e da *Branch School Advisory Team*, para o Afeganistão, e o Contingente Nacional na República Centro Africana (RCA), que incluiu os cargos de Comandante da Missão de Treino da União Europeia (EUTM) e de *Deputy Force Commander* da *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic* (MINUSCA).

- Ao nível da OTAN/Coligação Internacional, participou no *Kosovo Force* (KFOR), *Resolute Support Mission* (RSM), *Tailored Forward Presence* (tFP) e *Operation Inherent Resolve* (OIR).



Figura 5 – Participação em missões no âmbito da OTAN/Coligação Internacional

- No âmbito da União Europeia, participou na EUTM Mali, EUTM Somália e na EUTM RCA.



Figura 6 – Participação em missões no âmbito da União Europeia

- Relativamente à ONU, integrou a MINUSCA e a *United Nations Verification Mission in Colombia* (UNVCOL).



Figura 7 – Participação em missões no âmbito da ONU

(b) Mecanismos de Resposta Rápida

O Exército desenvolveu atividades de treino operacional orientado para a missão, por forma a garantir as condições necessárias ao aprontamento de Forças, de acordo com o empenhamento constante do quadro seguinte:

Tailored Forward Presence	2BIMec(R)/BrigInt	Afiliação
Very High Readiness Joint Task Force	ERec/ISTAR/BrigRR	Notice to Move de 5 dias
European Union Land Battlegroup 2019-1	CatMec(R)	Aprontamento no 1.º semestre
		Certificação internacional
European Union Land Rapid Response	ERec/BrigMec PelPE Eqp HUMINT	Aprontamento no 1.º semestre
		Prontidão no 2.º semestre
Componente Terrestre da Força de Reação Imediata	1BIPara/BrigRR	Prontidão no 1.º semestre
	BCmds/BrigRR	Prontidão no 2.º semestre
Componente de Operações Especiais	SOTG + SOLTU	Prontidão de 2 a 5 dias
Companhia Geral CIMIC	DestCIMIC-Ex	Prontidão de 5 a 10 dias

Quadro 2 – Forças em prontidão no âmbito dos Mecanismos de Resposta Rápida

(c) Cooperação Técnico-Militar

O Exército participou em 11 projetos de Cooperação Técnico-Militar, com um efetivo de 25 militares, conforme se apresenta na tabela seguinte:







País	Efetivo	Projetos
 Angola	9	2
 Cabo Verde	1	1
 Guiné Bissau	2	1
 Moçambique	5	2
 São Tomé e Príncipe	2	2
 Timor Leste	6	3
Total	25	11

Tabela 1 – Projetos no âmbito da Cooperação Técnico-Militar

De forma sumária, os aludidos projetos são os seguintes:

- República de Angola
 - Projeto n.º 1 – (LUANDA), projeto da responsabilidade da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN), em apoio à Estrutura Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas Angolanas, tendo como objetivos específicos, atribuídos ao Exército:
 - Apoiar a Direção de Forças Especiais – (CABO LEDO), através da Brigada de Reação Rápida, no âmbito da formação de Comandos, Operações Especiais e Paraquedistas.
 - Apoiar a Capacitação de Forças para Operações de Apoio à Paz – (VALE DO PARAÍSO), através da Escola das Armas.

- Projeto n.º 2 – Apoiar o Exército Angolano – (LUANDA), responsabilidade do Exército, tem como Objetivos Específicos:
 - Apoiar a Estrutura Superior do Exército Angolano.
 - Apoiar a organização e funcionamento da Academia Militar do Exército – (LOBITO), através da Academia Militar, ministrando formação nas áreas de ensino da Topografia e da Balística.
- República de Cabo Verde
 - Projeto n.º 1 – Estrutura Superior das Forças Armadas de Cabo Verde, da responsabilidade da DGPDN, tendo o Exército efetuado uma Assessoria Temporária para ministrar formação na área da Proteção Pessoal.
- República da Guiné Bissau
 - Projeto n.º 1 – Estrutura Superior da Defesa, da responsabilidade da DGPDN, aguardando a assinatura do Programa-Quadro entre os dois países, face à instabilidade política na República da Guiné Bissau.
- Moçambique
 - Projeto n.º 1 – (MAPUTO), da responsabilidade da DGPDN, tem como principal objetivo o apoio à Estrutura Superior das Forças Armadas Moçambicanas e a coordenação de toda a atividade em Moçambique;
 - Projeto n.º 2 – Academia Militar Marechal Samora Machel - (NAMPULA), responsabilidade do Exército, através da Academia Militar.
- República de São Tomé e Príncipe
 - Projeto n.º 1 – Organização Superior da Defesa e das Forças Armadas, da responsabilidade da DGPDN.
 - Projeto n.º 3 – Pelotão de Engenharia de Construções, responsabilidade do Exército, através do Regimento de Engenharia n.º 3.
- Timor Leste
 - Projeto n.º 1 – Organização Superior da Defesa e das Forças Armadas, da responsabilidade da DGPDN.
 - Projeto n.º 2 – Centro de Instrução Militar Comandante Nicolau Lobato (METINARO), responsabilidade do Exército, através da Escola das

Armas, com o objetivo de ministrar formação a Oficiais, Sargentos e Praças.

- Projeto n.º 4 – Componente Terrestre – (BAUCAU), responsabilidade do Exército, através da Brigada Mecanizada, com vista a garantir apoio ao Comando e ao Treino Coletivo da Componente Terrestre (Força de Escalão Batalhão).

No mesmo âmbito, o Exército ministrou formação, em Território Nacional, a 55 militares oriundos dos Países da CPLP, conforme consta da tabela seguinte:

País	Academia Militar	Curso de Promoção a Capitão	Curso de Operações Especiais	Total
 Angola	7	0	0	7
 Cabo Verde	12	6	0	18
 Guiné Bissau	5	4	0	9
 Moçambique	2	0	0	2
 São Tomé e Príncipe	2	0	0	2
 Timor Leste	3	0	14	17
Total	31	10	14	55

Tabela 2 – Formação ministrada em Portugal, no âmbito da Cooperação Técnico-Militar

(2) OO12 – Incrementar a ação do Exército nas ações de apoio à população, às autoridades nacionais e na preservação do património nacional

(a) Colaboração com a Autoridade Nacional de Proteção Civil

O empenhamento do Exército neste âmbito decorreu ao abrigo do Plano de Apoio Militar de Emergência do Exército, em situações de socorro de emergência, e na disponibilização de meios para apoio adicional a outras autoridades civis.

1. Apoio no combate a incêndios

O Exército empenhou meios de 28 unidades militares em sete teatros de operações, dispersos por sete concelhos de seis distritos. O pedido inicial ocorreu em 4 de agosto e o último pedido em 27 de novembro, contabilizando-se:

- a. 56 pelotões de rescaldo e vigilância pós-incêndio;
- b. 23 destacamentos de engenharia;
- c. 17 oficiais de ligação;
- d. 7 grupos de comando;

- e. 2 módulos de evacuação de desalojados;
- f. 1 módulo de apoio de serviços;
- g. Efetivos: 1.203;
- h. Viaturas: 264;
- i. Quilómetros percorridos: 159.301.

2. Ações de vigilância

O Exército garantiu o apoio com patrulhas de vigilância de espaços rurais, tendo sido empenhados meios de 27 unidades militares em 76 concelhos de 16 distritos. O pedido inicial ocorreu em 1 de agosto e o último pedido em 28 de outubro, contabilizando-se:

- a. 690 patrulhas de vigilância e dissuasão;
- b. 8.682 horas de vigilância;
- c. Efetivos: 2.167;
- d. Viaturas: 690;
- e. Quilómetros percorridos: 199.561.

3. Apoio a situações de cheias e aluviões

Foram empregues três Equipas de Apoio Técnico de Engenharia Militar no incidente de deslizamento de terras na pedreira de Borba, empenhando:

- a. Efetivos: 10;
- b. Viaturas: 3;
- c. Áreas/Locais de empenhamento: 1;
- d. Quilómetros percorridos: 1.124.

4. Elemento de Defesa Biológica, Química e Radiológica

Não foi solicitado qualquer apoio neste âmbito.

(b) Colaboração com outros agentes de proteção civil

1. Apoio ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

No âmbito do protocolo de colaboração com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (Plano FAUNOS), o Exército participou na prevenção de fogos florestais em matas nacionais e outras áreas florestais sob gestão pública, empregando Equipas de Vigilância e Dissuasão, no período compreendido entre 5 de julho e 6 de outubro, contabilizando-se:

- a. 2.911 patrulhas de vigilância e dissuasão;
- b. 15.525 horas de vigilância;
- c. Efetivos: 9.521;
- d. Viaturas: 2.911;
- e. Quilómetros percorridos: 445.143.

Responsável	Designação da área de atuação
Brigada de Intervenção	Perímetro Florestal de Mondim de Basto; Perímetro Florestal das Serras do marão, Vila Real e Ordem; Perímetro Florestal das Serras do Marão e Meia Via.
Brigada de Intervenção	Perímetro Florestal da Boalhosa; Perímetro Florestal da Serra de Arga; Perímetro Florestal das Serras de Vieira e Monte Crasto; Perímetro Florestal Entre Vez e Coura.
Brigada de Intervenção	Perímetro Florestal da Serra de Anta; Perímetro Florestal das Serras do Soajo e Peneda; Parque Nacional da Peneda-Gerês; Perímetro Florestal da Senhora da Abadia.
Brigada de Intervenção	Perímetro Florestal da Serra da Nogueira Parque Natural de Montesinho
Brigada de Reação Rápida	Perímetro Florestal da Serra da Freita; Perímetro Florestal de São Pedro do Sul; Perímetro Florestal do Préstimo; Perímetro Florestal da Serra de Arca; Perímetro Florestal do Ladário; Perímetro Florestal do Vouga; Perímetro Florestal da Penoita.
Brigada de Reação Rápida	Perímetro Florestal de Montemuro
Brigada de Intervenção	Perímetro Florestal da Serra da Padrela; Perímetro Florestal de São Tomé do Castelo; Perímetro Florestal da Serra de Sta Comba; Perímetro Florestal das Serras de São Domingos e Escarão.
Brigada de Intervenção	Perímetro Florestal da Serra do Crasto; Perímetro Florestal de São Salvador; Perímetro Florestal da Serra do Mundão; Perímetro Florestal de S. Miguel e S. Lourenço; Perímetro Florestal do Seixo e Facho.
Regimento de Apoio Militar de Emergência	Perímetro Florestal de Góis; Perímetro Florestal da Serra da Lousã; Perímetro Florestal das Matas do Sobral, Braçal e Cabeça Gorda; Perímetro Florestal das Serras de São Pedro Dias e Alveite; Perímetro Florestal de Alge e Penela; Perímetro Florestal Castanheira de Pêra.
Brigada de Reação Rápida	Mata Nacional da Margaraça; Perímetro Florestal da Senhora das Necessidades; Perímetro Florestal da Serra da Avelaia; Perímetro Florestal de São Pedro do Açor; Perímetro Florestal da Pampilhosa da Serra; Perímetro Florestal do Rabadão.
Brigada de Reação Rápida	Perímetro Florestal da Serra de Leomil.
Brigada de Intervenção	Perímetro Florestal do Barroso; Perímetro Florestal da Serra da Cabreira; Perímetro Florestal Chaves.
Brigada de Intervenção	Perímetro Florestal de Ribeira de Pena; Perímetro Florestal Alvão.
Brigada de Intervenção	Parque Natural do Douro Internacional
Brigada Mecanizada	Parque Natural da Serra da Estrela; Perímetro Florestal do Carvalhal
Brigada Mecanizada	Reserva Natural da Serra da Malcata; Terrenos do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas
Brigada de Reação Rápida	Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros

Quadro 3 – Atividade de vigilância desenvolvida no âmbito do FAUNOS

2. Protocolos celebrados com municípios no âmbito das ações de vigilância

No âmbito dos protocolos para vigilância em áreas florestais municipais de Boticas, Braga, Castro Marim, Loulé, Mafra, Monchique, Pedrogão Grande, São Brás de Alportel, Silves, Sintra, Tavira e Viana do Castelo, realizaram-se, entre 10 de maio e 6 de novembro, as seguintes ações:

- a. 1.231 patrulhas de vigilância e dissuasão;
- b. 7.798 horas de vigilância;
- c. Efetivos: 3.777;
- d. Viaturas: 1.231;
- e. Quilómetros percorridos: 151.421.

(c) Outros apoios prestados a situações de socorro de emergência

Após os danos causados pela Tempestade *Leslie* o Exército apoiou a Energias de Portugal, S.A. e o Município de Montemor-o-Velho, empenhando Módulos de Energia e de limpeza de itinerários e regularização de espaços públicos.

1. Energias de Portugal, S.A.

O apoio prestado decorreu no período compreendido entre 15 e 19 de outubro, contabilizando-se:

- a. Efetivos: 106;
- b. Viaturas: 48;
- c. Geradores: 13;
- d. Quilómetros percorridos: 13.571.

2. Município de Montemor-o-Velho

O apoio prestado decorreu no período compreendido entre 14 e 19 de outubro, contabilizando-se:

- a. Efetivos: 59;
- b. Viaturas: 12;
- c. Equipas: 4;
- d. Quilómetros percorridos: 3.319.

(d) No âmbito do Plano de Atividade Operacional Civil, o Exército apoiou as Câmaras Municipais de Castro Marim e Monchique na reparação de estradas e caminhos.

(e) Paralelamente, foram executados um conjunto de trabalhos em “Apoio ao Desenvolvimento e Bem-Estar”, de que se destacam:

Entidade Apoiada	Atividade
Autoridade Nacional de Proteção Civil	Apoio técnico às operações em Borba
Câmara Municipal de Alcácer do Sal	Limpeza do leito da barragem de Pego do Altar
Câmara Municipal de Loulé	Beneficiação de caminhos florestais
Câmara Municipal de Pedrogão Grande	Execução de plataforma
Câmara Municipal de Server do Vouga	Beneficiação de itinerário
Câmara Municipal de Alenquer	Reconhecimento e montagem de ponte na Abrigada
Câmara Municipal de Bragança	Reabilitação e pintura da fachada da Sé de Bragança
Câmara Municipal de Cantanhede	Limpeza e desassoreamento da Lagoa dos Cedros - Charco
Câmara Municipal Sintra	Beneficiação de itinerários e limpeza de passagens hidráulicas
Escola Básica da Arrifana	Desmatização
Bombeiros de Espinho	Limpeza e preparação de plataforma
Câmara Municipal de Constância	Abertura de aceiros
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas	Beneficiação de itinerários em Sintra, Sines, São Jacinto, Costa de Caparica, Serra da Arrábida e Serra de São Mamede

Quadro 4 – Apoios inopinados a entidades civis

- (f) Em 2018, o Elemento de Defesa Biológica, Química e Radiológica não foi empenhado, no âmbito do Plano CÉLULA.
- (g) O Exército empenhou um efetivo total de 16.843 militares, conforme se resume no quadro:

Plano / Ações		Efetivo
Plano de Apoio Militar de Emergência do Exército	Apoio no combate a incêndios	1 203
	Ações de vigilância	2 167
	Apoio a situações de cheias e aluviões	10
	Elemento de Defesa Biológica, Química e Radiológica	0
	Tempestade <i>Leslie</i>	165
FAUNOS	Ações de vigilância	9 521
Protocolos Municipais		3 777
Total		16 843

Quadro 5 – Total de efetivos empenhados

b. OE2 – Contribuir para uma Defesa Nacional participativa

(1) OO21 – Aumentar a participação da sociedade nas atividades do Exército

As atividades de cariz histórico e cultural constituem-se como um importante elo de ligação entre o Exército e a sociedade.

Em 2018, o número de visitantes aos museus militares, arquivos e Biblioteca do Exército, manteve a tendência de crescimento verificada em 2017, tendo atingido 164.153, que se traduz num acréscimo de 23% face ao ano anterior.

Biblioteca/Arquivo/Museu	Visitantes
Arquivo Histórico Militar	960
Arquivo-Geral do Exército	517
Biblioteca do Exército	124
Museu Militar do Porto	10 969
Museu Militar da Madeira	8 911
Museu Militar de Elvas	7 955
Museu Militar de Lisboa	20 519
Museu Militar do Buçaco	7 093
Museu Militar de Bragança	75 205
Museu Militar dos Açores	31 900
Total	164 153

Quadro 6 – Visitantes dos Museus, Arquivos e Biblioteca do Exército

Os museus mais visitados foram o Museu Militar de Bragança (75.205) e o Museu Militar dos Açores (31.900), que registaram um crescimento na ordem dos 30%. Em sentido inverso, verificou-se um decréscimo do número de visitantes do Arquivo-Geral do Exército e da Biblioteca do Exército.

Considerando a sazonalidade das visitas, e analisando a distribuição apresentada na figura seguinte, constata-se a ocorrência de um pico de visitantes do Museu Militar de Bragança, registado no mês de agosto, que, por si só, representa um terço do total de visitas registadas em todo o ano.

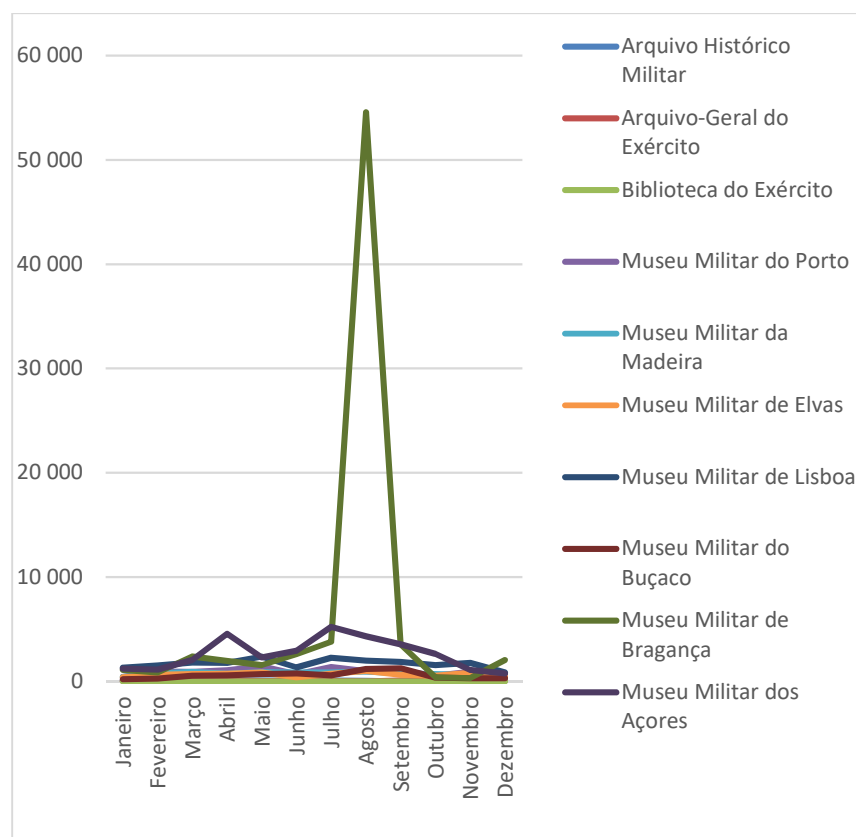


Figura 8 – Distribuição sazonal das visitas

(2) OO22 – Ampliar a quantidade e tipologia de atividades do Exército destinadas aos cidadãos

Ao nível cultural, foram realizadas Tertúlias de História Militar e de Heráldica Militar, nomeadamente:

- “1916 – Grandes Batalhas a Ocidente e a beligerância Portuguesa”, (Palestrante: Coronel David Martelo);
- “A Marinha Portuguesa na Grande Guerra” (Palestrante: Capitão-de-mar-e-guerra Rodrigues Pereira);
- “Portugal na Grande Guerra: A Ação do Corpo Expedicionário Português (CEP) em França” (Palestrante: Coronel Luís Alves de Fraga);
- “A Guerra na África Oriental: Moçambique 1914-1918” (Palestrante: Coronel David Martelo);
- “O Exército Brasileiro” (Palestrante: Coronel do Exército Brasileiro Marcelo Rosa Martinho);
- “A Legião Portuguesa ao Serviço de Napoleão” (Palestrante: Sargento-ajudante Carlos Alves);

- "A Evolução do Fardamento Militar - O Plano de Uniformes do Exército de 1806" (Palestrante: Sargento-chefe Paulo Costa);
- "Acabou a Guerra" (Palestrante: Sargento-chefe Sousa Gomes);
- "Grandes Batalhas do Exército Brasileiro" (Palestrante: Coronel do Exército Brasileiro Marcelo Rosa Martinho);
- "Do Vintismo à Regeneração (1820 -1850): A Conflitualidade e as Suas Implicações na Organização do Exército" (Palestrante: Sargento-mor Rodrigues Emídio);
- "Portugal no Caminho da Guerra" (Palestrante: Sargento-ajudante Carlos Alves);
- "Consequências da Grande Guerra" (Palestrante: Major-general Aníbal Flambó);
- "Quartel de Campo de Ourique - Memórias Militares" (Palestrante: Capitão-tenente Vitor Mendonça).

Ao nível do apoio psicossocial, o Exército conduziu, em parceria com a Universidade de Lisboa, o exercício Final do Curso Pós-Graduado de Especialização em Psicologia e Intervenção em Crise e Emergência, com a participação de 20 formandos.

c. OE3 – Garantir condições adequadas de treino e emprego

(1) OO31 – Aumentar as Forças e o pessoal treinado e certificado

A avaliação e a certificação das Forças constituem um mecanismo de validação dos requisitos operacionais, com vista ao emprego em missões no âmbito das Forças Nacionais Destacadas, à participação nos mecanismos de resposta rápida da OTAN e da União Europeia, à afiliação de Unidades à Estrutura de Forças da OTAN ou ao desempenho de missões de interesse público.

Em 2018, esta validação foi efetuada mediante a realização de *Combat Readiness Evaluation* (CREVAL) a todas as Forças a destacar pelo Exército no âmbito das Forças Nacionais Destacadas (FND), da Força de Reação Imediata e ao Sistema de Forças, totalizando 21 Inspeções Operacionais, tendo havido um acréscimo de oito em relação ao ano de 2017.

(2) OO32 – Promover o treino de âmbito conjunto e combinado

Em 2018, no âmbito do Plano Integrado de Treino Operacional, o Exército participou em 96 exercícios, conforme se resume no quadro seguinte:

Escalão	N.º de Exercícios
Combinados	16
Conjuntos	12
Sectorial/Exército	11
Sectorial/Brigada	57
Total	96

Quadro 7 – Exercícios realizados

Esta participação representa um forte incremento no número de exercícios face aos 60 registados em 2017.

Ao nível da interoperabilidade, o Exército continuou o seu empenhamento na FINABEL, através da participação nas reuniões de Chefes de Estado-Maior dos Exércitos e de Peritos Militares Principais, que decorreram em Helsínquia, na Finlândia, e participou, com delegados, em oito reuniões dos *Expert Task Groups* 17-1 e 18-1.

No que respeita à normalização, vetor fundamental para a interoperabilidade, o Exército remeteu, ao Ministério da Defesa Nacional (MDN) e Estado-Maior-General das Forças Armadas, 102 posições relativas a *Standardization Agreements* (STANAG) da OTAN e promoveu a implementação de 85.

(3) OO33 – Melhorar o apoio logístico e a sustentação

Ao nível do apoio logístico em Território Nacional, para além das atividades de sustentação corrente, o Exército manteve a aposta no desenvolvimento de um modelo de fardamento operacional que permita aos militares realizar, em segurança, um conjunto alargado de atividades em contextos diferenciados (rescaldo pós-incêndio florestal, controlo de tumultos, progressão tática, etc.). Neste âmbito, estão já definidas as especificações técnicas para o fardamento, ao mesmo tempo que ainda se aguarda o fornecimento, por parte do Ministério da Administração Interna, dos Equipamentos de Proteção Individual.

Ao nível da aquisição de munições, verifica-se que a dotação prevista no Projeto Reserva de Guerra do Exército, num montante que ascende a oito milhões de euros, para o período entre 2017 e 2020, se revela muito aquém das reais necessidades, nomeadamente no âmbito da formação e treino. Esta situação

agrava-se no quadro da revisão da LPM para o sexénio 2021-2026, em que apenas estão previstos quatro milhões de euros.

Perante este cenário, o Exército, além de ficar muito longe das necessidades anuais, que ascendem a dez milhões de euros, ficará igualmente muito aquém do valor médio anual dos créditos de munições atribuídos no último triénio, que ascende a quatro milhões de euros, situação que põe em causa a garantia de condições mínimas de formação e treino

d. OE4 – Melhorar a imagem do Exército

(1) OO41 – Melhorar a comunicação do Exército

No ano de 2018, com a finalidade de melhorar a sua comunicação com os públicos externos e internos, o Exército iniciou a sua atividade nas redes sociais, nomeadamente através da criação e gestão de uma página institucional no *Facebook* e de uma conta institucional no *Instagram*. Estes dois novos vetores de comunicação permitiram ao Exército incrementar, significativamente, a divulgação das suas atividades em vários domínios, designadamente, na vertente operacional, no apoio ao desenvolvimento e bem-estar das populações, no apoio militar de emergência, na área académica e científica e na preservação do seu património.

A Comunicação do Exército, fortemente potenciada pelo *Facebook* e pelo *Instagram*, permitiu ainda uma maior aproximação ao público em geral, muito além da referida finalidade de divulgação.

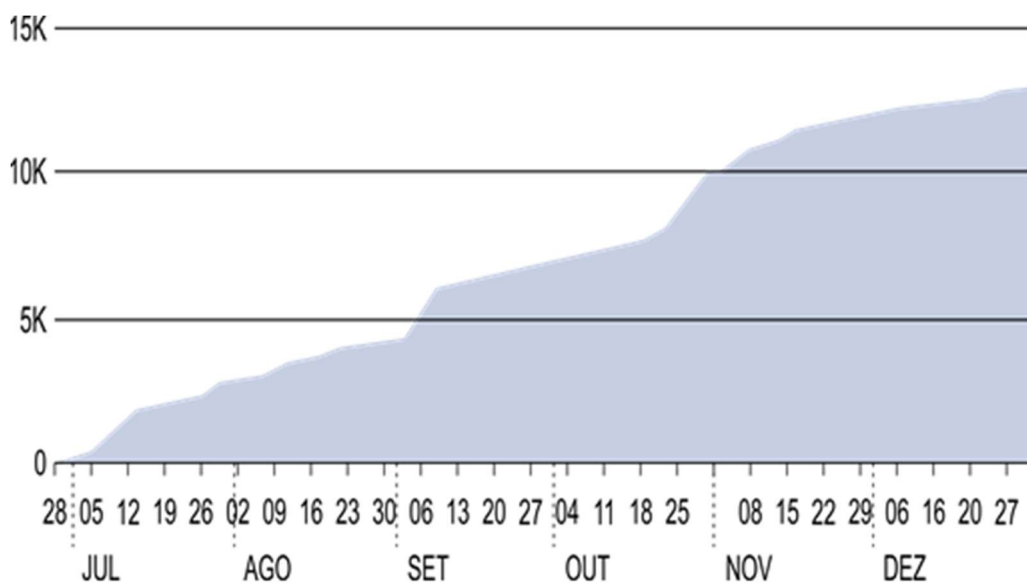


Figura 9 – Evolução do número de “seguidores” na página do Facebook do Exército

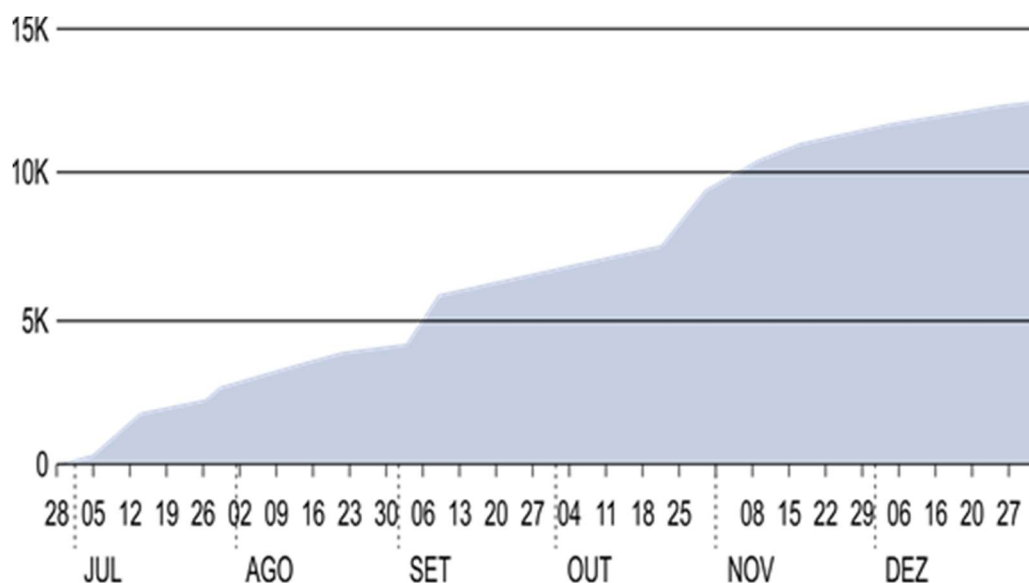


Figura 10 – Evolução do número de “gostos” na página do Facebook do Exército

A análise aos gráficos apresentados permite perceber uma tendência positiva de evolução, tanto no número de “Seguidores”, como no número de “Gostos”, representando estes, em sentido lato, uma maior interação do público com a página de *Facebook* do Exército.

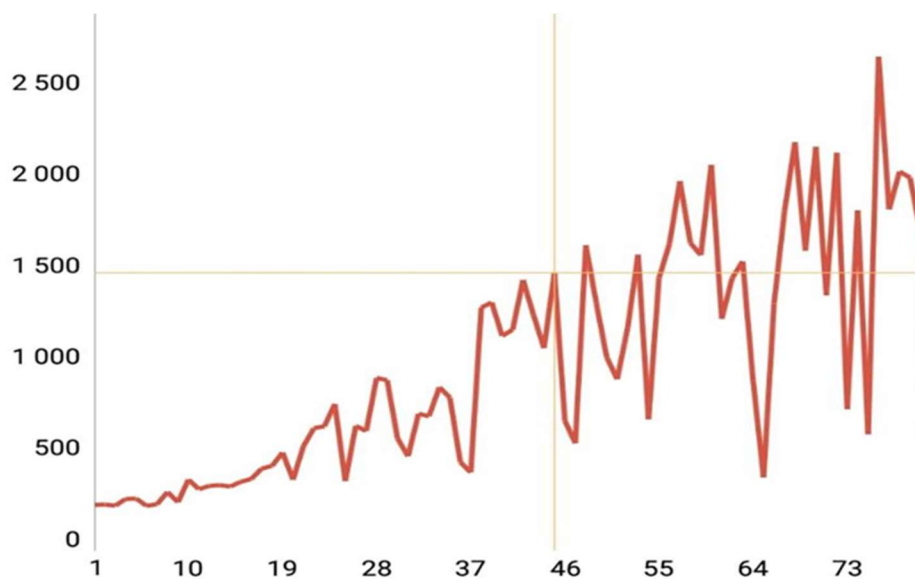


Figura 11 – Número de “gostos”, por publicação, na conta do Exército no Instagram

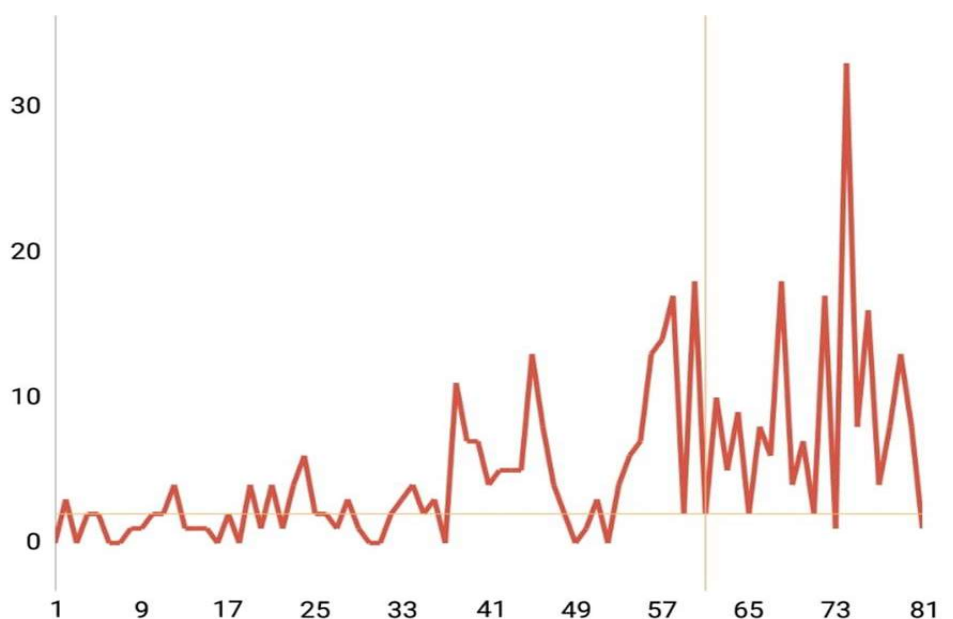


Figura 12 – Número de “comentários”, por publicação, na conta do Exército no Instagram

Ao nível do *Instagram*, a análise à informação gráfica apresentada leva a que seja possível inferir que existe uma linha geral de incremento da interação do público em geral com a página oficial do Exército, na medida em que se verifica que, tendencialmente, *posts* mais recentes receberam maior número de “Gostos” e “Comentários”, que *posts* mais antigos.

A vertente formativa, também com recurso a formadores externos, foi uma das linhas de ação prosseguidas para incrementar a qualidade e a eficiência da Comunicação do Exército. Foram planeadas e concretizadas iniciativas de formação, destacando-se as materializadas no âmbito do *Media Training* (orientada para militares que, pelas funções que desempenham podem, potencialmente, ser chamados a ter uma intervenção junto dos Órgãos de Comunicação Social) e da Comunicação de Crise.

A melhoria da conceção gráfica e a uniformização dos produtos de divulgação e imagem do Exército foi outra linha de ação orientadora da Comunicação Externa do Exército, materializada pela centralização da conceção de produtos gráficos do Exército, mormente dos seus principais eventos, nomeadamente do Dia de Portugal e do Dia do Exército 2018.

O início do processo de revisão da plataforma de *intranet* do Exército destaca-se como uma das principais iniciativas orientadas para a melhoria do processo de Comunicação Interna do Exército.

(2) OO42 – Melhorar a divulgação do património histórico, cultural, intelectual, científico e ambiental do Exército

As plataformas de Comunicação do Exército foram, durante o ano de 2018, relevantes veículos de divulgação, interna e externa, das inúmeras atividades que o Exército desenvolve, tendo havido, por comparação com o ano anterior, um incremento na cobertura noticiosa das atividades relativas ao património histórico, cultural, intelectual, científico e ambiental do Exército.

A publicação de notícias nas diversas áreas citadas foi efetuada de forma regular, tendo as Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército como fontes primárias de reporte.

Ao nível da divulgação do património histórico e cultural, destaca-se a continuação do desenvolvimento do projeto Portal das Instituições de Memória da Defesa Nacional, que envolve a implementação de um portal de pesquisa integrada das Bibliotecas, Arquivos e Museus da Defesa Nacional, que abrange as seguintes entidades:

- Academia Militar;
- Centro de Informação Geoespacial do Exército;
- Direção de Infraestruturas do Exército;
- Museu Militar do Porto;
- Biblioteca do Exército;
- Escola das Armas;
- Escola de Sargentos do Exército;
- Escola dos Serviços;
- Colégio Militar;
- Arquivo-Histórico Militar;
- Centro de Audiovisuais do Exército;
- Museu Militar de Bragança;
- Museu Militar de Lisboa;
- Museu Militar do Porto;
- Museu Militar de Elvas;
- Museu Militar dos Açores;
- Museu Militar da Madeira.

Da mesma forma, foi dada continuidade à inventariação de património móvel na Base de Dados *InArte Premium* e ao desenvolvimento do Projeto ARQMEDIA (plataforma para a divulgação de vídeos e filmes, relacionados com as Forças Armadas).

Paralelamente, o Exército participou em projetos e desenvolveu diversas atividades de cariz histórico-cultural, de que se destacam:

- Programa D. Afonso Henriques, destinado apoiar atividades no âmbito da cultura, desporto e recreio;
- Evocação dos 100 anos da Grande Guerra, visando relembrar a participação do Corpo Expedicionário Português na Grande Guerra, que envolveu, entre outras ações, a edição do livro “A nossa Infantaria na Grande Guerra (1914-1918)”;
- Organização de exposições temporárias, de que são exemplo:
 - “Recordar o Soldado Português”;
 - “Evolução da fortificação medieval” (três);
 - “Evocação do centenário da Grande Guerra” (nove);
 - Exposição itinerante evocação do centenário da “Batalha de La Lys”, integrada na XIX edição da feira do livro do Porto;
- Dia Internacional dos Museus;
- Noite Europeia dos Museus;
- Dia Internacional dos Monumentos e Sítios;
- Disponibilização na Biblioteca Digital do Exército das coleções da Revista de Artilharia, da Revista de Engenharia, da Revista de Infantaria e das Revistas da Associação de Alunos do Instituto dos Pupilos do Exército;
- Comemoração do 359.º aniversário da Batalha das Linhas de Elvas;
- Comemoração do 634.º aniversário da Batalha dos Atoleiros;
- Comemoração do 633.º aniversário da Batalha de Trancoso;
- Comemoração do 353.º aniversário da Batalha de Montes Claros;
- Comemoração do 879.º aniversário da Batalha de Ourique;
- Comemoração do 633.º aniversário da Batalha de Aljubarrota;
- Comemoração do 210.º aniversário da Batalha do Vimeiro;

- Comemoração do 208.º aniversário da Batalha do Buçaco;
- Homenagem ao Tenente-coronel Salgueiro Maia, em Santarém;
- Homenagem ao “Soldado Milhões”, em Murça.

A nível desportivo, o Exército fez-se representar por 36 atletas em 37 competições civis, nas modalidades de Hipismo, Triatlo, Tiro, Paraquedismo e Balonismo, tendo havido um acréscimo, tanto na presença em provas (27,32%) como no número de atletas (16,67%), comparativamente ao ano 2017.

e. OE5 – Reforçar o valor dos recursos humanos do Exército

(1) OO51 – Aumentar a qualidade e o reconhecimento da oferta educativa do Exército

A situação dos processos de acreditação dos ciclos de estudos da Academia Militar pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, no final de 2018, era a seguinte:

- Mestrado em Guerra de Informação: acreditado sem condições, em 2017, por um período de seis anos;
- Mestrado Integrado em Ciências Militares, especialidades de Infantaria, Artilharia e Cavalaria: acreditado com condições a um ano (cumprimento de rácios de corpo docente legalmente estabelecidos) e a três anos (incremento dos índices de produção científica);
- Mestrado Integrado em Administração Militar e Administração da Guarda Nacional Republicana: acreditado por um ano, com vista à implementação de dois ciclos de estudos: o primeiro, correspondente à Licenciatura em Administração e Gestão Militar e o segundo, a dois mestrados (Mestrado em Administração e Gestão da GNR e Mestrado em Administração e Gestão Militar), que aguardam acreditação;
- Mestrados Integrados de Engenharia: acreditados condicionalmente por um período de três anos, com necessidade de efetuar as seguintes ações:
 - Estabelecer um contrato de associação com o Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa;
 - Fundir os ciclos de estudo, conducentes ao grau de Mestre, em Engenharia Eletrotécnica Militar, na Especialidade de Transmissões com o de Engenharia Eletrotécnica Militar, na Especialidade de Material, num único

Ciclo de Estudos com dois ramos (especializações) em Transmissões e Material.

- Mestrado de Liderança Pessoas e Organizações: aguarda-se a finalização do processo de acreditação.

Ao nível do Ensino Básico e Secundário, no ano letivo de 2017/2018 ingressaram no Colégio Militar (CM) e no Instituto dos Pupilos do Exército (IPE) 194 novos alunos, tendo-se verificado uma inversão significativa, com os alunos externos a representarem 75% das novas admissões, muito por força das admissões do Colégio Militar, para o primeiro ciclo, em regime de externato.

	Colégio Militar	Pupilos do Exército	Total
Internos	23	22	45
Externos	96	53	149
Total	119	75	194

Tabela 3 – Admissões aos Estabelecimentos Militares de Ensino – ano letivo de 2017/2018

O efetivo total dos Estabelecimentos Militares de Ensino, no início do ano letivo, ascendeu a 1.008 alunos, valor que reflete uma quebra de 3% face ao ano letivo anterior.

	Colégio Militar			Pupilos do Exército			Total		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
Internos	240	113	353	69	15	84	309	128	437
Externos	189	166	355	153	63	216	342	229	571
Total	429	279	708	222	78	300	651	357	1 008

Tabela 4 – Alunos que iniciaram o ano letivo de 2017/2018

Analisando a origem dos alunos, constata-se que o número de alunos provenientes de agregados familiares de militares é consideravelmente baixo. Se, no Colégio Militar a distribuição é quase equitativa, no Instituto dos Pupilos do Exército, os alunos provenientes de famílias sem ligação às Forças Armadas ou de Segurança representam 70% do efetivo total.

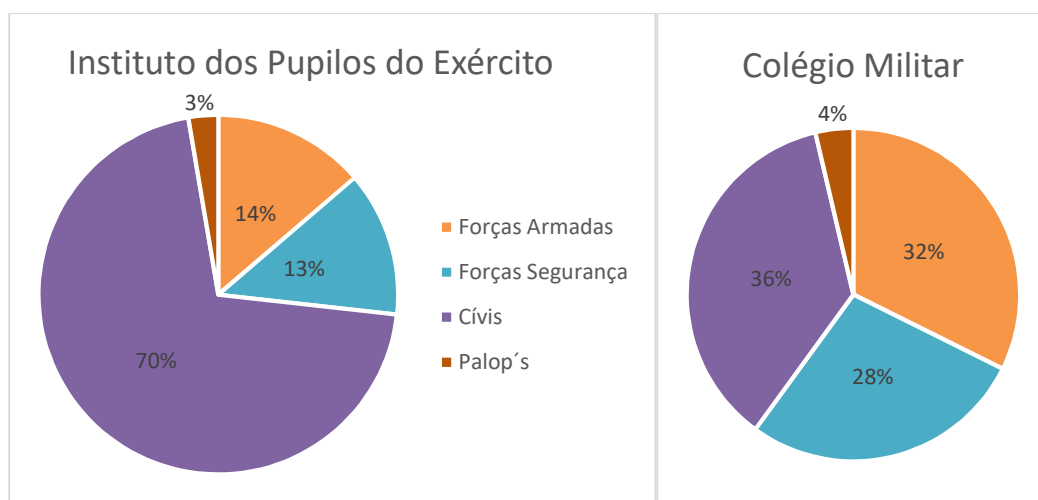


Figura 13 – Origem familiar dos alunos

Ao nível do aproveitamento escolar, verifica-se uma taxa global de 97%, com a distribuição por estabelecimento de ensino e por ciclo de estudos, que se apresenta na tabela seguinte:

Ciclo de Estudos	Colégio Militar			Pupilos do Exército			Total		
	Inscritos	Aprovados	%	Inscritos	Aprovados	%	Inscritos	Aprovados	%
1.º Ciclo	183	183	100%	0	0		183	183	100%
2.º Ciclo	142	141	99%	63	63	100%	205	204	100%
3.º Ciclo	246	242	98%	128	117	91%	374	359	96%
Secundário	117	108	92%	108	99	92%	225	207	92%
Total	688	674	98%	299	279	93%	987	953	97%

Tabela 5 – Aproveitamento escolar no ano letivo de 2017/2018

No âmbito da formação profissional, foi definido o modelo de cooperação e os protocolos a estabelecer com os Centros Qualifica, e foi desenvolvida uma aplicação para monitorização da implementação do Programa Qualifica.

(2) OO52 – Promover a qualificação dos militares e civis nas formações no Exército e formação no âmbito Nacional e Internacional

Frequentaram ações de formação no estrangeiro vinte e um Oficiais, dois Sargentos, cinco Praças e um Funcionário Civil, num total de dezasseis ações de formação.

A nível nacional, realizaram-se 96 ações de formação que conferiram certificados de qualificação, representando um incremento face a 2017, ao passo que o número de formandos registou uma redução significativa.

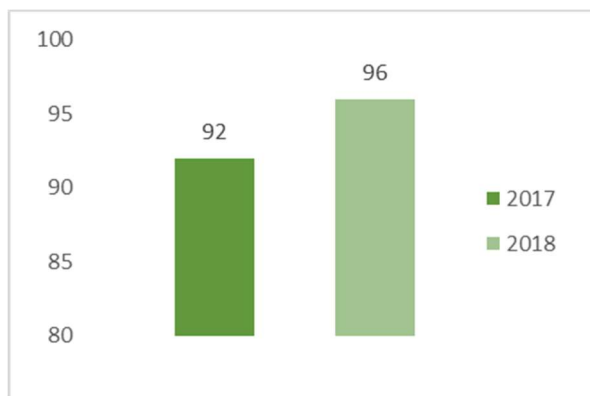


Figura 14 – Ações de formação que conferiram certificados de qualificação

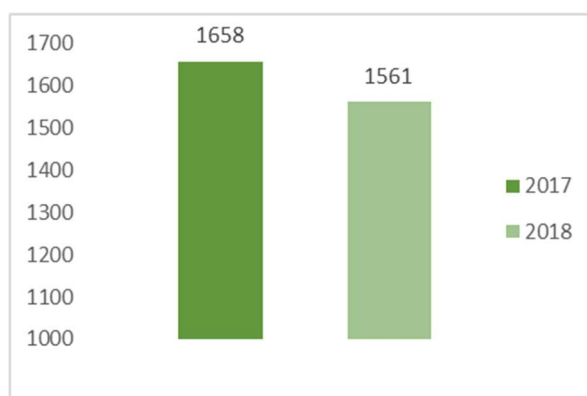


Figura 15 – Número de formandos certificados

Relativamente ao Plano de Formação Anual, foram realizadas 518 ações de formação, valor que se encontra aquém das 664 planeadas, decorrente do cancelamento ou adiamento de diversas ações de formação, e que se traduz numa taxa de execução de 78%.

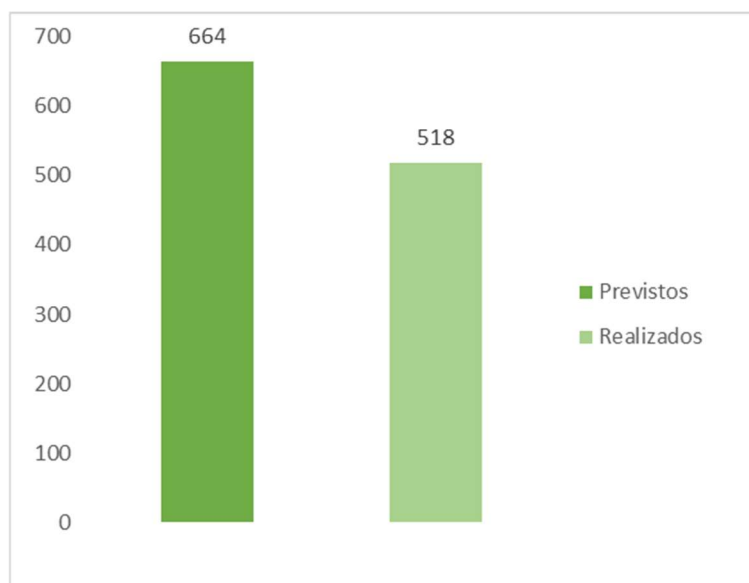


Figura 16 – Formação no âmbito do Plano de Formação Anual

Relativamente às atividades desportivas no Exército, foram organizados Campeonatos Desportivos Militares nas modalidades de Orientação, Pentatlo Militar, Corta-mato, Tiro Desportivo e BTT, um Torneio de Paraquedismo e diversas provas Equestres Militares.

Analisando os dados disponíveis, verifica-se que, apesar de se ter mantido o número de Competições de nível Exército (Fase III dos Campeonatos Desportivos Militares), ocorreu um decréscimo de participantes superior a 12%, comparativamente a 2017.

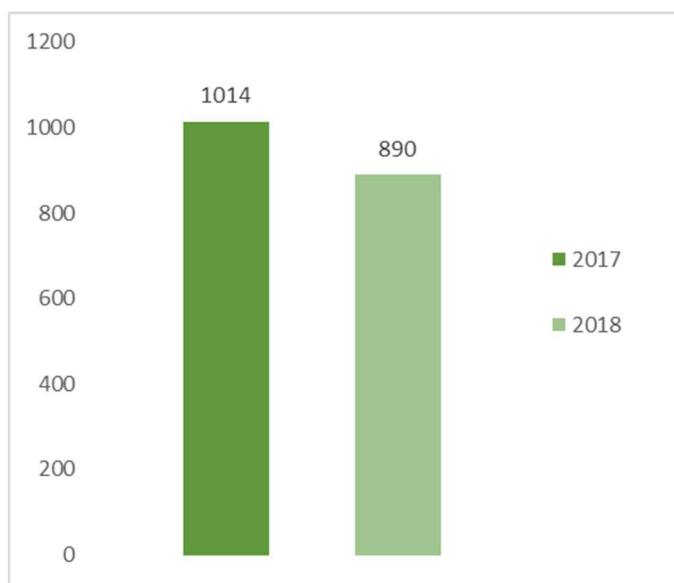


Figura 17 – Participação em Competições Desportivas Militares

Considerando os dados de participação por modalidade, constata-se que a equitação é a modalidade que cativa mais praticantes, representando 56% dos participantes.

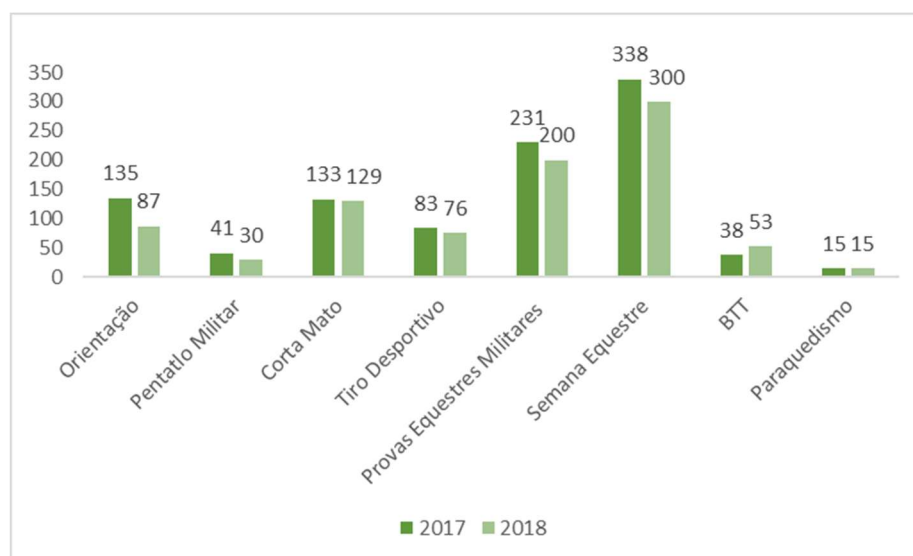


Figura 18 – Participação em Competições Desportivas Militares, por modalidade

Paralelamente, o Exército organizou o Campeonato Nacional Militar de Orientação e participou nos Campeonatos Nacionais Militares de Tiro Desportivo, Orientação e Corta-mato e na Primeira edição dos Jogos Nacionais Militares, nas modalidades de BTT e de Corrida de Estrada.

f. OE6 – Maximizar os recursos patrimoniais do Exército

(1) OO61 – Melhorar o património histórico, cultural, intelectual, científico, do conhecimento e ambiental do Exército

A nível académico e científico, procedeu-se à disponibilização online do acesso ao Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), à base de dados da EBSCO e a catálogos da defesa nacional, repositórios institucionais, revistas eletrónicas e *e-books*. Durante o ano de 2018, as pesquisas bibliográficas ultrapassaram os 100.000 *downloads*.

Ao nível do acervo de publicações, foram aprovadas três Publicações Administrativas (PAD):

- PAD 320-01 Publicações do Exército;
- PAD 420-01 Sistema Hazard Analysis and Critical Control Points (HACCP);
- Regulamento Geral do Serviço nas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército (RGSUEOE).

Ao nível da Lições aprendidas, foram produzidas as publicações:

- Retorno de Experiências do do Kosovo – O que aprendemos;
- Retorno de Experiências da Lituânia.

Paralelamente, foram ministrados dois Cursos de Nível II para Oficiais de Lições Aprendidas e cinco Cursos de Lições Aprendidas, Nível I, para Oficiais Primariamente Responsáveis.

(2) OO62 – Expandir a rede de parceiros do Exército de âmbito histórico, cultural, académico, científico e ambiental

Em 2018, o Exército continuou a aposta no desenvolvimento de parcerias com diversas entidades nacionais e estrangeiras.

A nível histórico e cultural, foram estabelecidas parcerias com diversas instituições, com destaque para:

- Biblioteca Central do Exército de Espanha;
- Biblioteca do Exército do Brasil;
- Associação Napoleónica Portuguesa;
- Participação na EUROPEANA (Portal Europeu da Cultura);
- Participação na Biblioteca Digital Luso-Brasileira, disponibilizando objetos digitais, através da Biblioteca Nacional de Portugal;
- Participação na Rede de Bibliotecas de Defesa;
- Transferência de conteúdos digitais da Biblioteca Digital do Exército para o Registo Nacional de Objetos Digitais, cuja gestão é assegurada pela Biblioteca Nacional de Portugal;
- Participação no *International Council of Museums* e integração no *International Committee for Museum of Arms and Military History*.
- Cedência de acervo museológico ao Museu da Presidência da República, Biblioteca Municipal de Armamar, Câmara Municipal de Santo Tirso e Núcleo da Liga dos Combatentes, de Monção.

No âmbito da Psicologia, o Exército colaborou nos processos de seleção de diversas entidades, nomeadamente:

- Assembleia da República;
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- Câmaras Municipais de Caldas da Rainha, Sintra e Castelo Branco;
- Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa.

(3) OO63 – Assegurar o controlo, a segurança, a qualidade e a igualdade

Ao nível da atividade inspetiva do Exército, o planeamento foi cumprido, com a realização de 55 Inspeções, conforme se detalha no quadro seguinte:

Tipo de Inspeção	N.º de Inspeções
Inspeção Geral	15
Inspeção de Programas, Processos e Sistemas	1
Inspeção Técnica de Segurança	7
Inspeção Técnica de Segurança e Saúde no Trabalho e Proteção Ambiental	10
Inspeção Extraordinária de Finanças	1
Total	34

Quadro 8 – Atividade inspetiva

No âmbito do controlo interno da Formação ministrada no Exército, foram realizadas 35 Visitas de Apoio Técnico, valor claramente superior ao registado em 2017.

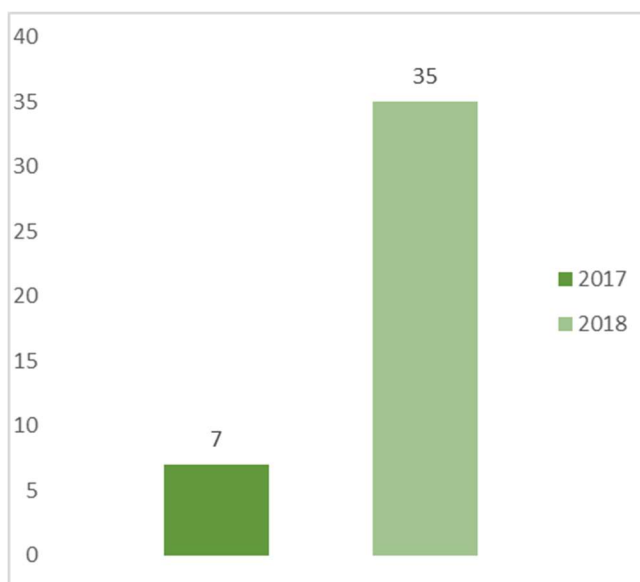


Figura 19 – Visitas de apoio Técnico no âmbito da Formação

Ao nível da Segurança e Saúde no Trabalho, foram efetuadas seis Visitas de Apoio Técnico e aprovadas diversas normas no âmbito da prevenção de acidentes.

Ao nível da normalização, a Base de Dados de Normalização do Exército, disponível na página da intranet, disponibiliza a documentação aprovada e em ratificação no *Standardization Office* da OTAN, e permite a consulta das posições nacionais relativamente a *Standardization Agreements* (STANAG) e a *Standardization Recommendations* (STANREC).

g. OE7 – Melhorar condições de serviço, segurança social e apoio à família militar

(1) OO71 – Melhorar a atratividade do serviço no Exército

Com a extinção da MM – Gestão Partilhada, E.P.E., a gestão das Messes Militares foi integrada na atividade do Exército em 1 de julho de 2017, através da publicação do Decreto-Lei n.º 76/2017, de 29 junho.

Durante o ano de 2018, o Exército consolidou o processo de integração das Messes na sua estrutura, assegurando todas as atividades logísticas necessárias ao fornecimento de alimentação aos seus militares, através de Cozinhas de Confeção Centralizadas em Lisboa e Porto e de Cozinhas Regimentais nas restantes Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do dispositivo territorial.

Paralelamente, está em curso um projeto para implementação de um novo uniforme no Exército Português, visando a possibilidade de adotar um único modelo para uso em cerimónia, passeio e serviço.

Com este projeto, pretende-se:

- Reforçar a uniformização e o espírito de corpo através da distribuição do novo uniforme a todo o efetivo do Exército;
- Promover a imagem do Exército, com um cunho de modernidade, respeitando, no entanto, a tradição e heráldica militar;
- Garantir uma maior racionalidade e um menor número de artigos a gerir no canal de reabastecimento, simplificando a operação logística.

O protótipo encontra-se em fase de conclusão, estando em curso um estudo para definição dos requisitos técnicos das matérias primas a empregar.

(2) OO72 – Melhorar as condições legais e estatutárias do serviço no Exército

O Decreto-Lei n.º 75/2018, de 11 de outubro, procedeu à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 130/2010, de 14 de dezembro, que aprova o Regime de Contrato Especial (RCE) para prestação de serviço militar. O referido diploma introduz um conjunto de disposições que visa alargar o âmbito de aplicação do RCE a um conjunto mais vasto de situações funcionais, que obriguem a um maior grau de formação e treino, ou em que o tipo de habilitações académicas e as exigências técnicas justifiquem uma prestação de serviço mais prolongada.

No âmbito do regime de incentivos aos militares em Regime de Voluntariado e Regime de Contrato (RV/RC), foi aprovado pelo Governo, o Regulamento de

Incentivos à Prestação do Serviço Militar (RIPSM), estando em curso o processo de regulamentação interna para implementar quer o RIPSM, quer o RCE.

h. OE8 – Melhorar a obtenção e a gestão dos recursos do Exército

(1) OO81 – Melhorar a obtenção e a gestão de recursos humanos

Ao nível da obtenção de Recursos Humanos, e apesar da aposta do Exército na divulgação do serviço militar, através do aumento da presença nas redes sociais e da disponibilização de plataformas eletrónicas para candidatura às categorias de Oficiais e Sargentos, manteve-se a dificuldade verificada, ao nível do recrutamento, reflexo da baixa atratividade do serviço militar para os jovens.

Paralelamente, verificou-se um volume muito elevado de saídas, que se traduziu, em 2018, num saldo negativo, entre entradas e saídas, na ordem dos 500 efetivos.

Categoria	Incorporações	Saídas
Oficiais	82	43
Sargentos	195	199
Praças	1 636	2 159
Total	1 913	2 401

Tabela 6 – Incorporações e saídas de efetivos em RV/RC

(2) OO82 – Melhorar a obtenção e a gestão dos recursos financeiros

Ao nível da gestão dos recursos financeiros, o Exército desenvolveu os trabalhos necessários para implementar, a partir de janeiro de 2019, o Módulo “Recursos Humanos e Vencimentos”, do Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional (SIGDN) e o Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública (SNC-AP), que permitirão a implementação de um sistema de controlo de custos, a correta valorização patrimonial dos ativos do Exército e uma maior transparência e rigor contabilístico da sua prestação anual de contas.

No domínio da salvaguarda do cumprimento das obrigações fiscais do Exército, foi deferido, por parte da Unidade dos Grandes Contribuintes da Autoridade Tributária e Aduaneira, o pedido para a atribuição de um Gestor de Conta Tributário, o que simplifica o tratamento de diversos assuntos com implicações tributárias para o Exército, à semelhança do que já acontecia no relacionamento institucional com a Segurança Social, em matéria de obrigações contributivas.

Ao nível da gestão e administração de bares no Exército, continua em curso o projeto de adequação e racionalização da exploração e gestão dos bares, tendo por

base a implementação efetiva e a expansão do Módulo “*Sales and Distribution*” do SIGDN.

(3) OO83 – Melhorar a obtenção e a gestão dos recursos materiais e infraestruturais

Ao nível dos processos internos, no âmbito da gestão dos recursos materiais, está em curso o processo de implementação dos módulos de Gestão do Imobilizado e de Gestão de Armazéns do SIGDN. A conclusão deste processo permitirá a revisão dos processos e procedimentos logísticos, nomeadamente no que diz respeito a “aumentos” e “abates” de equipamentos com registo patrimonial.

No entanto, enquanto o Módulo de Manutenção não estiver implementado no SIGDN, não será possível desenvolver um modelo integrado e centralizado de apoio logístico.

Relativamente à valorização patrimonial das existências e imobilizado, o Exército preparou a transição para o SNC-AP, estando em desenvolvimento uma solução que permita a gestão do reabastecimento, de acordo com os processos logísticos definidos pelo Exército e a consequente valorização das existências.

No âmbito das infraestruturas, encontra-se em estudo a reorganização do dispositivo territorial, com ênfase nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, enquanto que o projeto de Gestão Integrada do Património do Exército (SIGPEX) se encontra atrasado, devido à falta de recursos humanos especializados no Centro de Informação Geoespacial do Exército.

(4) OO84 – Consolidar as metodologias, as ferramentas e o processo de decisão

O Exército consolidou a melhoria do processo de planeamento e controlo da Gestão de Projetos, com o reforço da formação nas metodologias e ferramentas de apoio à decisão, bem como a otimização dos processos, possibilitando a sincronia em “rede” através da ferramenta MS EPM, em conjunto com as ferramentas de “*Business Intelligence*”, procurando integrar, num único ambiente, um conjunto de painéis de gestão e de indicadores que agregam a informação disponibilizada pelos diversos sistemas de informação em uso no Exército, de forma a facilitar a monitorização e a ação de comando aos diversos níveis.

Da mesma forma, foram efetuados desenvolvimentos ao Programa de Gestão dos Quadros Orgânicos, através da associação da “Função Militar” a cada cargo

orgânico, condição necessária à implementação do Regulamento da Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas.

Foi ainda concluída a migração dos dados necessários ao processamento de vencimentos em SIGDN, que ocorreu, pela primeira vez, a 11 de dezembro de 2018, servindo de suporte ao pagamento do mês de janeiro de 2019.

O Exército descontinuou o antigo software *Brio Hyperion*, e, consolidou a arquitetura que sustenta o recente modelo de exploração da informação, como instrumento de apoio à decisão, através do *Portal de Apoio à Decisão*, sustentado nas ferramentas de *Business Intelligence da Microsoft* (SQL Server, Report Server e Power BI Desktop).

O *Portal de Apoio à Decisão* aprofundou as áreas já existentes e cobriu novas áreas como o Controlo, Planeamento e Execução de Projetos do Exército, a Lei de Programação Militar e os Quadros Orgânicos do Exército, permitindo o acesso à informação disponibilizada pelos diversos sistemas de informação em uso no Exército, de modo a facilitar a monitorização e a ação de comando.

O Exército adotou, a partir de janeiro de 2018, uma plataforma informática de apoio à gestão do Plano de Missões ao Estrangeiro, designada por Sistema de Registo e Controlo do Plano de Missões ao Estrangeiro (SIRCPME), tendo sido ao longo do ano disponibilizadas várias versões com diversas melhorias ao nível dos procedimentos administrativos e de gestão.

A aplicação informática Sistema de Registo e Controlo de Apoios a Entidades Externas – Planos e Protocolos (SIRCAPE-PP) teve também várias evoluções, de forma a satisfazer os requisitos operacionais do Regimento de Apoio Militar de Emergência.

Em abril de 2018 foi finalizado o desenvolvimento do novo sitio na internet para marcação e gestão de alojamentos e refeições para a Messe de Lagos e Tavira.

De forma a aplicar o novo Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas aos militares do Exército, o Exército desenvolveu, em novembro de 2018, uma aplicação informática que permite elaborar as Fichas de Avaliação de Mérito e as listas de promoção.

i. OE9 – Assegurar o reequipamento e a modernização do Exército

(1) OO91 – Melhorar a identificação de necessidades, a priorização de investimentos e os prazos para a edificação de capacidades do Exército

A LPM constitui-se como o instrumento financeiro primordial com vista à edificação das capacidades do Sistema de Forças, enquanto que os Projetos de Investimento, inscritos no Capítulo 50 do orçamento do Estado, decorrente do extinto Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), se constituem como instrumento financeiro direcionado para a edificação da capacidade de execução de Missões de Apoio ao Desenvolvimento e Bem-estar.

A utilização das metodologias e ferramentas de gestão de projetos na edificação de capacidades, permite a avaliação e controlo do planeamento, gestão e execução, facilitando as tarefas de reporte de execução física e orçamental previstas na lei.

A priorização de investimentos foi coordenada pelo Grupo de Sincronização n.º 1, através dos Planos de Aquisições, tendo por base as necessidades manifestadas pelos respetivos gestores de projeto. Paralelamente, está constituído um sistema de reporte semestral da evolução dos respetivos projetos, nos quais os gestores de projeto identificam possíveis constrangimentos temporais na execução e evolução da edificação da respetiva capacidade.

Relativamente à definição dos requisitos operacionais, mantêm-se os seguintes grupos de trabalho:

- Sistema de simulação VIGRESTE;
- Família de Viaturas Táticas;
- *Unmanned Aerial Vehicle* (UAV);
- Artilharia Anti-Aérea;
- Sistemas de Combate do Soldado – Sobrevivência;
- Sistemas de Combate do Soldado – Comando, Controlo, Comunicações e Computadores – C4I;
- LEOBEN – *Leopard Benutzerstaaten*;
- Reconhecimento/Carros de Combate;
- Batalhões de Infantaria – Armas Anti-Carro;

- *Combat Network Radio*;
- Engenharia;
- Artilharia.

Face às restrições de cariz orçamental vigentes, o Exército continuou a promover iniciativas que potenciem a obtenção de sinergias e economias de escala, no desenvolvimento das capacidades e a considerar, no seu planeamento, fontes de financiamento alternativas, de que são exemplo o Plano Nacional de Investimento e o Fundo Europeu de Defesa.

Paralelamente, o Exército mantém o interesse em projetos cooperativos, seja no contexto da *Smart Defense Initiative* da OTAN, seja no âmbito da Cooperação Estruturada Permanente da União Europeia.

(2) OO92 – Acompanhar as tendências e evoluções genéticas, organizacionais e operacionais no âmbito Nacional e Internacional

A edificação de capacidades do Sistema de Forças não pode ser dissociada dos processos de Planeamento das Organizações Internacionais de que Portugal é membro, nem dos compromissos assumidos pelo Estado Português junto destas Organizações.

Para isso, o Exército participou ativamente no *Defense Planning Process* da OTAN, com reuniões bilaterais em fevereiro e multilateral em abril de 2018, nas reuniões plenárias do *Army Armaments Group* (NAAG) da OTAN e seus Grupos de Trabalho de nível 2, nas reuniões e *workshops* da Agência Europeia de Defesa, relacionados quer com a Cooperação Estruturada Permanente, quer com a *Coordinated Annual Review on Defense* da União Europeia, e em várias reuniões e eventos (mostras e feiras de equipamentos de defesa) no âmbito da edificação de capacidades.

Dos Grupos de Trabalho internacionais que o Exército integrou destacam-se:

- *Land Capability Group Dismounted Soldier Systems* – grupo de trabalho da OTAN responsável pelo sistema e todos os equipamentos associados para as operações apeadas do combatente;
- *Land Capability Group Land Engagement*, responsável por identificar e desenvolver a cooperação e a interoperabilidade nas áreas dos sistemas de armas e sistemas de apoio, sobrevivência e mobilidade, intercâmbio e melhoria de munições e definição das características e normas para o desenvolvimento de viaturas.

(3) OO93 – Reforçar a Investigação e Desenvolvimento como catalisador de um Exército moderno

Ao nível da Investigação e Desenvolvimento, foram desenvolvidos 37 projetos financiados pelo orçamento do Exército (28), pelo Ministério da Defesa Nacional (5), pela Agência Europeia de Defesa (2) e pelo Programa “Portugal 2020” (2) e foram estabelecidos protocolos com a Católica *Research Centre for Psychological, Family and Social Wellbeing* e com a Escola Nacional de Bombeiros.

Paralelamente, o Exército participou nos seguintes eventos:

- Fórum para a Inovação e Defesa;
- Encontro Anual da Investigação & Desenvolvimento em Ciências Militares;
- Auxdefense 2018 – *1.st World Conference on Advanced Materials for Defense*
- Congresso Ibérico Resiliência e Bem-estar;
- Painel científico *Information Systems Technology* da *Science and Technology Organization* da OTAN

Destaca-se, igualmente, a participação em diversos seminários e conferências, ao nível nacional e internacional, através de comunicações, nomeadamente em conferências no Japão, Suécia, Espanha, Reino Unido, Brasil, China e Polónia, tendo sido publicados vários artigos resultantes destas participações, em revistas nacionais e internacionais.

Foi dada continuidade aos procedimentos com vista à análise dos projetos de investimento da Agência Europeia de Defesa, no âmbito *das CapTech Land e Chemical, Biological, Radiological and Nuclear, e da Information Systems Technology* da OTAN, com vista à identificação de projetos de interesse para o Exército e, simultaneamente, de oportunidades de financiamento de projetos. De realçar, neste âmbito, a participação no Projeto de Categoria B *“Smart Future Counter IED Field Lab”* da Agência Europeia de Defesa.

3. Afetação real e prevista dos recursos humanos, materiais e financeiros

a. Recursos Humanos

Conforme se pode verificar na figura que se segue, o Exército registou uma diminuição de 15.482 para 14.790, no seu efetivo em 2018, face a 2017, com ênfase na categoria de Praças.

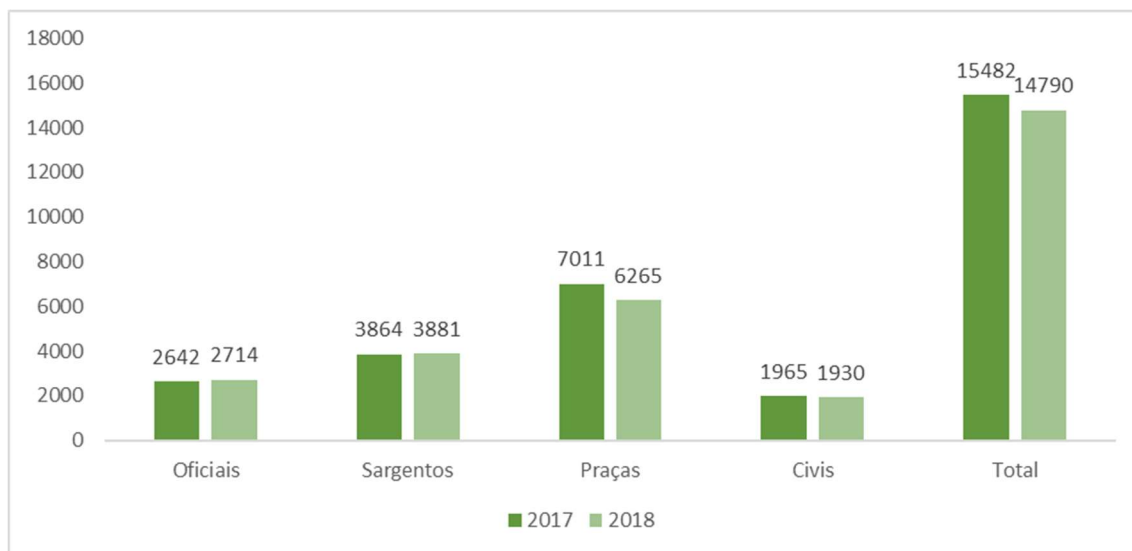


Figura 20 – Distribuição dos efetivos por Categorias

Considerando a distribuição por vínculo contratual, patente na figura seguinte, verifica-se, face a 2017, um forte decréscimo do efetivo de militares RV/RC.

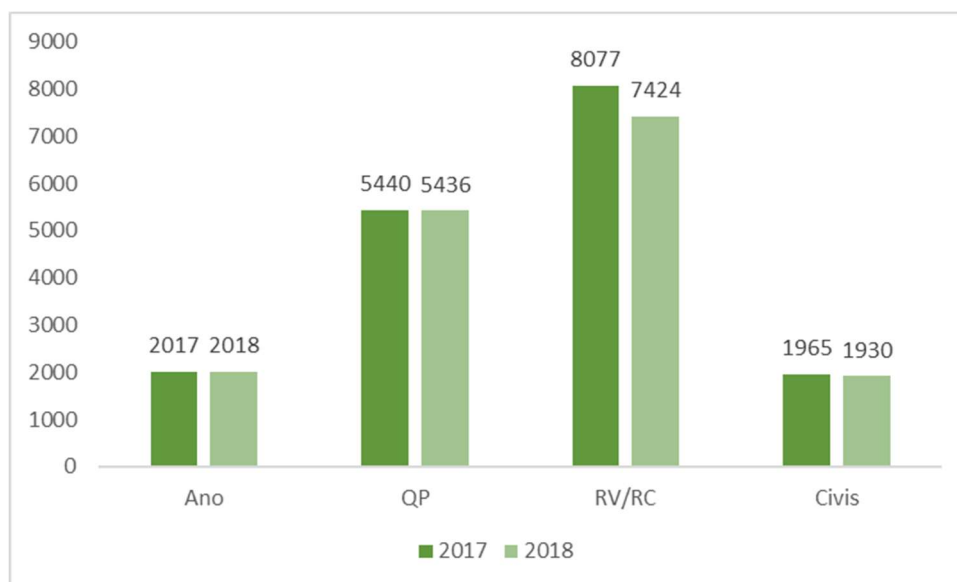


Figura 21 – Distribuição dos efetivos por vínculo contratual

A redução verificada decorre da saída de um quantitativo de Praças significativamente superior ao número de admissões verificadas.

Categoria	Incorporações	Saídas
Oficiais	82	43
Sargentos	195	199
Praças	1 636	2 159
Total	1 913	2 401

Tabela 7 – Incorporações e saídas em RV/RC

No que respeita à distribuição por género, verificou-se um ligeiro aumento de militares femininos, nas categorias de Oficiais e Praças. Em sentido inverso, registou-se uma forte redução nos efetivos masculinos, na categoria de Praças, e um ligeiro decréscimo nos funcionários civis face ao ano transato.

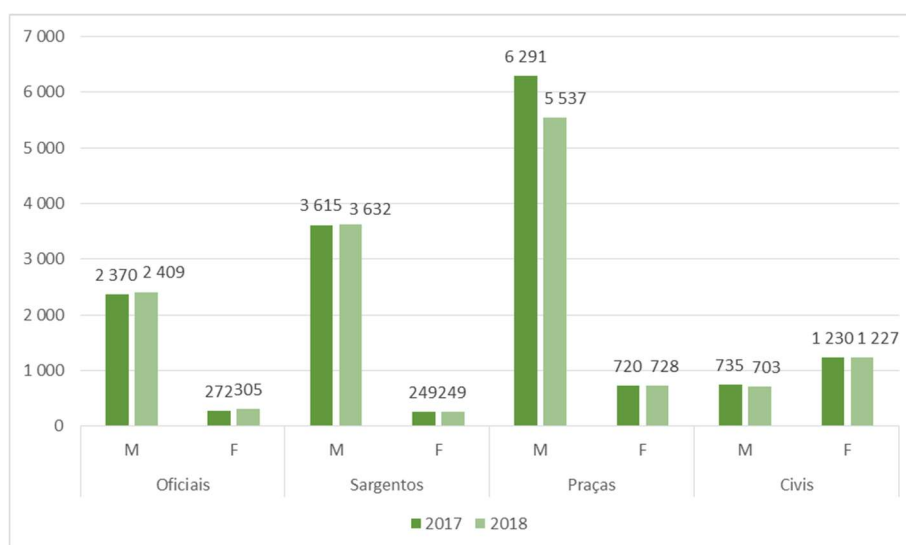


Figura 22 – Distribuição dos efetivos por género

A maioria do efetivo encontra-se afeta à área operacional, prestando serviço no Comando das Forças Terrestres.

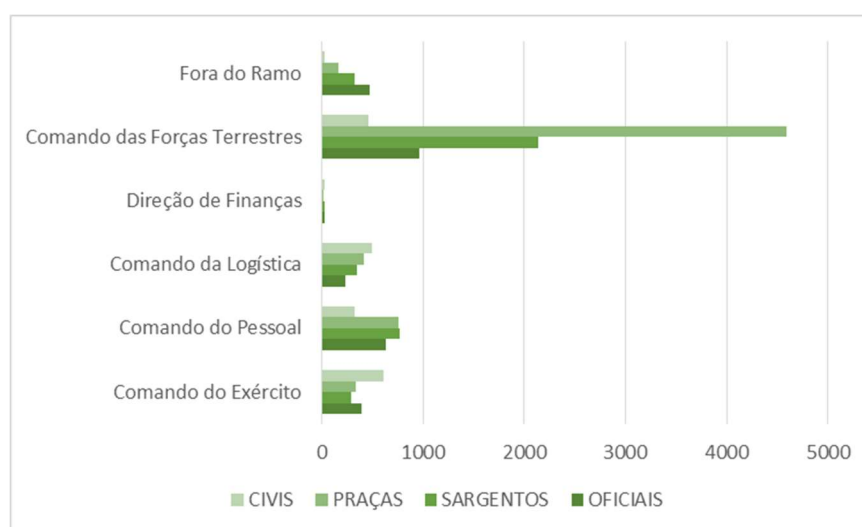


Figura 23 – Distribuição dos Efetivos por Órgão Central de Comando

O ano de 2018 registou 80 passagens à situação de Reserva, conforme se apresenta na figura seguinte:

Postos	Passagens à Reserva
Tenente-general	2
Major-general	3
Coronel	19
Tenente-coronel	10
Major	4
Alferes	1
Sargento-mor	29
Sargento-chefe	7
Sargento-ajudante	3
Primeiro-sargento	2
Total	80

Tabela 8 – Passagens à Situação de Reserva

Verificou-se um aumento de passagens à situação de Reserva face ao ano de 2017, com ênfase na classe de Sargentos.

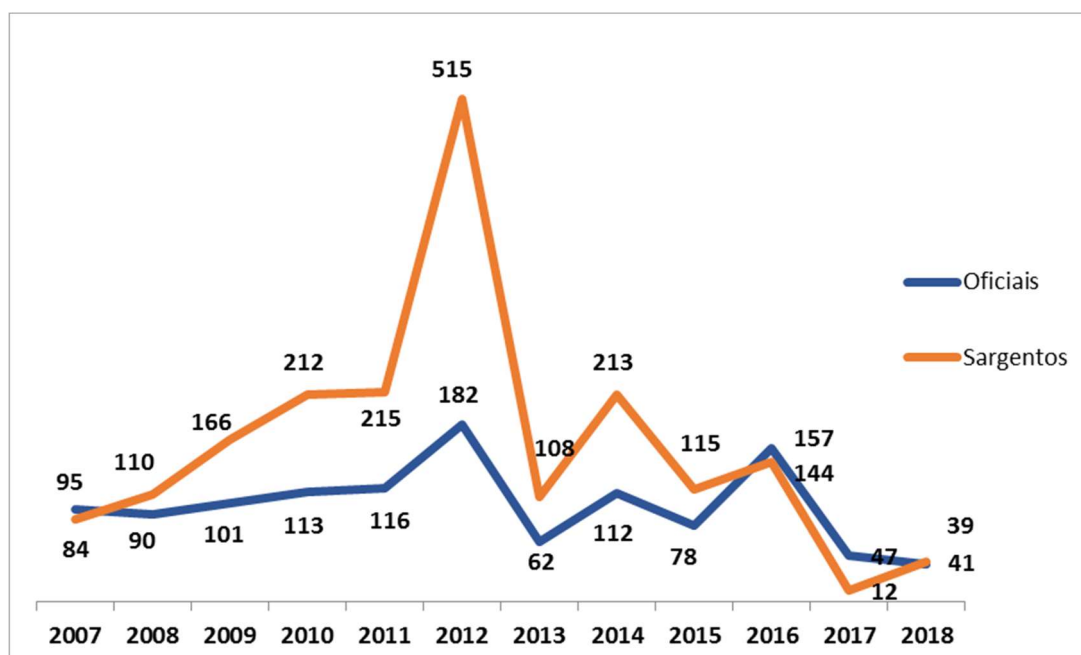


Figura 24 – Evolução das Passagens à situação de Reserva

b. Recursos Materiais

Os principais sistemas de armas afetos à componente operacional são os seguintes:



Carro de Combate Leopard A6



VC Engenharia M728



AP M109 A5



VBR PANDUR II IFV



VBR PANDUR II AMB



VBR PANDUR II ICV



Pronto Socorro M88 A1



HMMV 4X4



Panhard M11 4X4

Como principais materiais e equipamentos de duplo uso, salienta-se:

- *Shelter* do Bloco Operatório do Hospital de Campanha, que pode ser empregue em situações de calamidade, em apoio à população.



- *First Defender RMX*, que visa Identificar agentes químicos industriais de guerra e explosivos, e o *SAM 940*, que é um identificador de Isótopos radiativos, com capacidade de deteção de radiações Alfa, Beta, Gama e Neutrões.



- Material do Laboratório de Bromatologia e Defesa Biológica, que é utilizado no âmbito da microbiologia alimentar e investigação de surtos de toxinfecção alimentar no Exército, e que tem capacidade para identificar agentes Biológicos.



- Ponte militar TREADWAY.



- Equipamentos de terraplanagens, abertura de aceiros e corta-fogos, e beneficiação de itinerários, utilizados nas frentes de trabalho e protocolos no âmbito do Protocolo com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.



- Equipamentos de serviços de campanha, tais como padarias, lavandarias, banhos, tendas insufláveis empregues como alojamentos, entre outras, utilizados no apoio às populações e eventos desportivos.



O Exército, enquanto entidade gestora de um vasto património, cuja dispersão geográfica constitui um fator que dificulta as medidas de preservação e de manutenção dos materiais e equipamentos, procurou potenciar a implementação de unidades de apoio centralizadas, de modo a dar cumprimento às diretrizes da Tutela quanto à contenção de despesa, orientando a gestão dos recursos materiais para a racionalização e utilização eficiente dos meios, assente no modelo de partilha de atividades comuns e numa plataforma de funcionamento em rede, que abrange, especialmente, as atividades de natureza administrativa e logística.

c. Recursos Financeiros

A tabela seguinte apresenta a execução orçamental do Exército em 2018, sendo de referir que a coluna relativa ao Plano de Atividades não inclui as dotações recebidas para FND nem os saldos transitados da LPM e Lei das Infraestruturas Militares (LIM).

Fonte de Financiamento	Plano de Atividades	Dotação Corrigida	Execução		
			Montante	% face ao PA	% face à Dotação
OMDN	538 111 253,00 €	508 578 522,00 €	462 688 704,22 €	86,0%	91,0%
DCCR	16 233 715,00 €	18 586 907,00 €	14 249 349,00 €	87,8%	76,7%
FND	- €	24 663 366,00 €	24 483 824,57 €	n/a	99,3%
FND DCCR	- €	1 800 000,00 €	1 770 897,73 €	n/a	98,4%
LPM	45 114 149,00 €	45 213 292,00 €	32 966 776,53 €	73,1%	72,9%
LPM DCCR	- €	489 983,00 €	146 892,51 €	n/a	30,0%
LPM Saldos transitados	- €	20 703 592,00 €	16 104 341,78 €	n/a	77,8%
LIM	8 880 000,00 €	8 880 000,00 €	- €	0,0%	0,0%
LIM Saldos transitados	- €	12 575 480,00 €	4 354 231,34 €	n/a	34,6%
Projetos de investimento	11 099 632,00 €	874 998,00 €	874 017,20 €	7,9%	99,9%
Fundos europeus	416 858,00 €	621 740,00 €	366 849,96 €	88,0%	59,0%
Total	619 855 607,00 €	642 987 880,00 €	558 005 884,84 €	90,02%	86,78%

Tabela 9 – Execução orçamental por fonte de financiamento

Assim, a principal fonte de financiamento em 2018 foi o Orçamento do Ministério da Defesa Nacional (OMDN), com um peso relativo de 83%, conforme consta da tabela seguinte.

Fonte de Financiamento	Execução	
	Montante	%
OMDN	462 688 704,22 €	82,9%
DCCR	14 249 349,00 €	2,6%
FND	24 483 824,57 €	4,4%
FND DCCR	1 770 897,73 €	0,3%
LPM	32 966 776,53 €	5,9%
LPM DCCR	146 892,51 €	0,0%
LPM Saldos transitados	16 104 341,78 €	2,9%
LIM	- €	0,0%
LIM Saldos transitados	4 354 231,34 €	0,8%
Projetos de investimento	874 017,20 €	0,2%
Fundos europeus	366 849,96 €	0,1%
Total	558 005 884,84 €	100,00%

Tabela 10 – Execução orçamental por fonte de financiamento

A execução das FND, na Fonte de Financiamento Receitas Gerais, foi de 24,5M€ que corresponde a 4,4% do orçamento global.

Ao nível das Despesas com Compensação em Receitas (DCCR), o Exército executou aproximadamente o montante de 14,3M€, correspondendo a 2,5% do total do seu orçamento global.

No que respeita à estrutura da despesa, a execução teve a seguinte distribuição por agrupamentos de despesa pública:

Agrupamento Económico	Valor	%
Despesas com o pessoal	422 142 186,96 €	75,7%
Bens e serviços	70 052 066,72 €	12,6%
Bens de capital	63 306 545,80 €	11,3%
Juros e outros encargos	93 809,14 €	0,0%
Transferências correntes	1 646 778,86 €	0,3%
Subsídios	19 000,00 €	0,0%
Outras despesas correntes	745 497,36 €	0,1%
Total	558 005 884,84 €	100,0%

Tabela 11 – Execução orçamental por agregado de despesa

Analisando a execução orçamental global por agregados de despesa, resulta a distribuição que se explicita na figura seguinte:

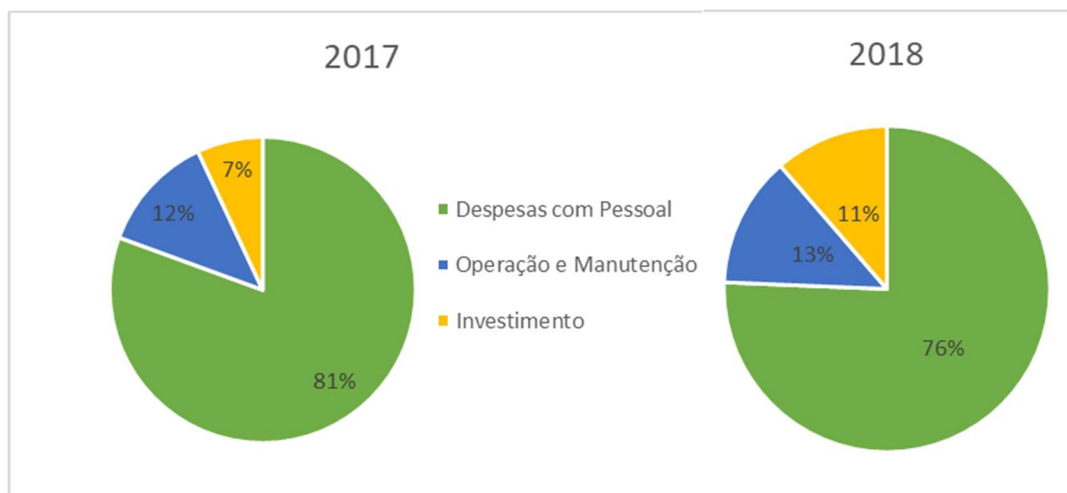


Figura 25 – Evolução da estrutura da despesa global

Estes dados permitem verificar, comparativamente com os registos de 2017, uma maior aproximação às metas definidas pela Reforma “Defesa 2020”, que preconiza uma execução de 60% para despesas com pessoal, 25% para operação e manutenção e 15% para investimento.

(1) OMDN – Receitas Gerais

A execução orçamental das receitas gerais cifrou-se na ordem dos 463M€, traduzindo-se numa taxa de execução de 91%, refletindo uma redução, face a 2017, na ordem dos 7%. Esta redução deveu-se, sobretudo, às cativações legais imposta pela Lei do Orçamento do Estado e pelo saldo orçamental no agrupamento de despesas com pessoal.

Agrupamento de Despesa	Dotação Corrigida	Execução	
		Montante	%
Remunerações certas e permanentes	284 447 323,00 €	252 288 843,37 €	88,7%
Abonos variáveis ou eventuais	10 298 572,00 €	9 862 929,45 €	95,8%
Segurança social	160 667 317,00 €	147 541 214,23 €	91,8%
Aquisição de bens	22 546 504,00 €	22 492 723,31 €	99,8%
Aquisição de serviços	16 566 098,00 €	16 480 143,30 €	99,5%
Aquisição de bens de capital	12 103 367,00 €	12 100 699,47 €	100,0%
Juros e outros encargos	93 810,00 €	93 809,14 €	100,0%
Transferências correntes	1 631 696,00 €	1 631 600,89 €	100,0%
Outras despesas correntes	223 835,00 €	196 741,06 €	87,9%
Total	508 578 522,00 €	462 688 704,22 €	91,0%

Tabela 12 – Execução Orçamental por Agrupamento de Despesa (OMDN)

A execução orçamental por agrupamento de despesa, apresenta uma forte predominância das despesas com pessoal, que são, maioritariamente, processados nesta fonte de financiamento.

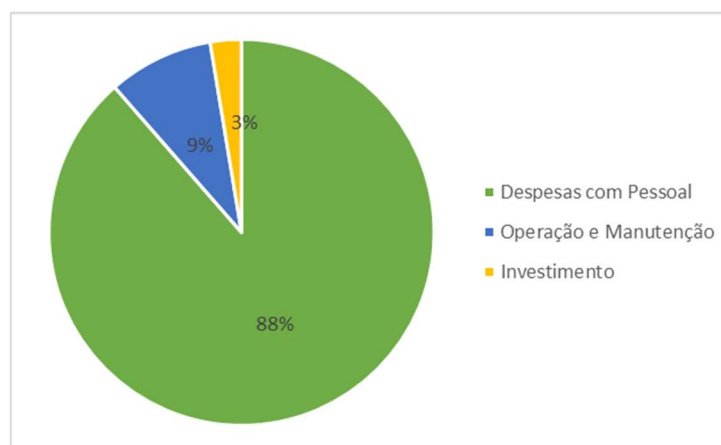


Figura 26 – Estrutura da Despesa (OMDN)

(2) DCCR

No âmbito das DCCR, foi aprovada uma dotação de 22M€, que, após aplicação de cativações, se cifrou nos 18,6M€.

Contudo, no final do ano apenas se verificou uma execução de 14M€, representando 76,7% face à dotação corrigida.

Agrupamento de Despesa	Dotação Corrigida	Execução	
		Montante	%
Remunerações certas e permanentes	2 700 000,00 €	0,00 €	0,0%
Abonos variáveis ou eventuais	408 748,00 €	194 021,67 €	47,5%
Segurança social	170 767,00 €	134 255,04 €	78,6%
Aquisição de bens	5 755 089,00 €	5 048 604,37 €	87,7%
Aquisição de serviços	6 637 578,00 €	6 292 260,23 €	94,8%
Aquisição de bens de capital	582 442,00 €	560 061,11 €	96,2%
Juros e outros encargos	150,00 €	0,00 €	0,0%
Transferências correntes	32 029,00 €	13 029,00 €	0,0%
Outras despesas correntes	2 300 104,00 €	2 007 117,58 €	87,3%
Total	18 586 907,00 €	14 249 349,00 €	76,7%

Tabela 13 – Execução Orçamental por Agrupamento de Despesa (DCCR)

Relativamente à estrutura da despesa, verifica-se que a maioria das dotações desta fonte de financiamento foram aplicadas em encargos com operação e manutenção.

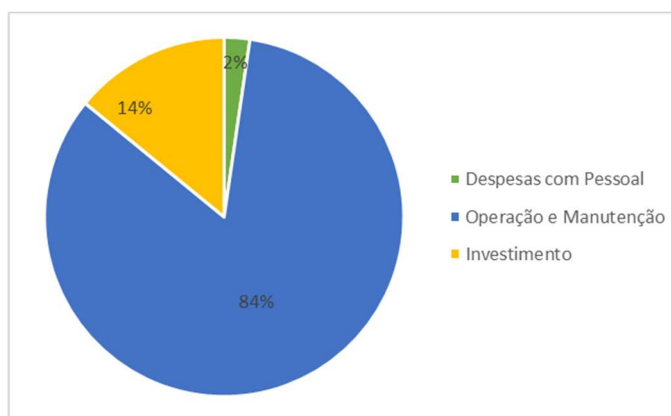


Figura 27 – Estrutura da Despesa (DCCR)

(3) FND

O orçamento atribuído ao Exército, para as FND, ascendeu a 26,4M€, conforme apresentado na tabela seguinte:

Missão	Dotação Corrigida	Execução	
		Montante	%
<i>Kosovo Force</i>	170 000,00 €	169 446,65 €	99,7%
<i>Assurance Measures</i>	6 847,29 €	6 846,77 €	100,0%
<i>eNRF - IFFG45</i>	3 450,71 €	3 450,71 €	100,0%
<i>Tailored Forward Presence</i>	358 250,00 €	358 246,36 €	100,0%
<i>EUBG</i>	1 449,82 €	1 449,82 €	100,0%
<i>MINUSCA</i>	9 673 553,00 €	9 626 688,70 €	99,5%
<i>Operation Inherent Resolve</i>	2 744 500,00 €	2 738 762,64 €	99,8%
<i>Resolute Support Mission</i>	10 966 893,18 €	10 812 726,10 €	98,6%
<i>EUTM Somália</i>	146 600,00 €	146 595,36 €	100,0%
<i>EUTM Mali</i>	286 000,00 €	285 645,24 €	99,9%
<i>EUTM RCA</i>	2 065 000,00 €	2 064 118,04 €	100,0%
<i>Colombia</i>	40 822,00 €	40 745,91 €	99,8%
Total	26 463 366,00 €	26 254 722,30 €	99,2%

Tabela 14 – Execução orçamental das FND, por Missão

No global, a execução desta fonte de financiamento atingiu 99,2%, resultando num saldo de 0,21M€.

Analisando a estrutura da despesa, verifica-se uma ligeira predominância dos custos de operação e manutenção (50%) face aos custos com pessoal (46%), que, no entanto, tiveram um acréscimo de 5% face a 2017, por oposição ao decréscimo verificado ao nível do investimento (4%).

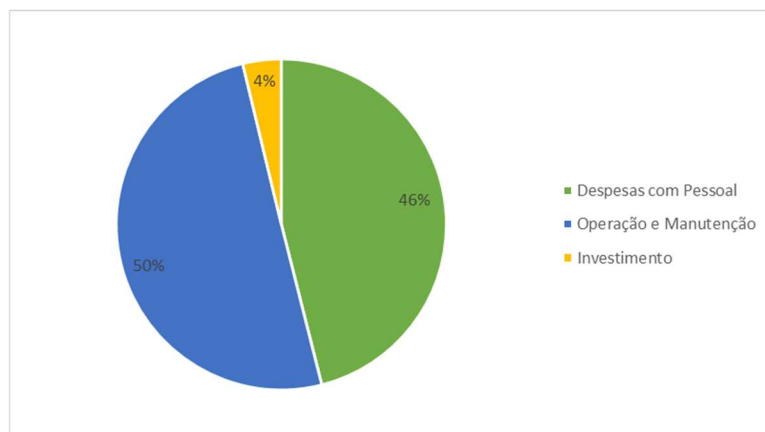


Figura 28 – Estrutura da Despesa das FND – Receitas Gerais e Transferência de Receitas

(4) Projetos de Investimento

A dotação líquida de cativos atribuída ao Exército no âmbito do Capítulo 50 cifrou-se em 0,87M€, tendo sido alcançada uma taxa de execução de 100%, conforme se apresenta na tabela seguinte:

Projetos	Dotação Corrigida	Execução	
		Montante	%
1787 - Companhias Engenharia	270 881,00 €	270 751,25 €	100%
1788 - Agrupamento Sanitário	24 609,00 €	24 504,06 €	100%
9143 - Companhia de Pontes	104 542,00 €	104 264,59 €	100%
4850 - Rec Biológico e Químico	276 123,00 €	275 668,91 €	100%
4870 - SERVIR	24 609,00 €	24 595,08 €	100%
4874 - CARTMIL	174 234,00 €	174 233,31 €	100%
Total	874 998,00 €	874 017,20 €	100%

Tabela 15 – Execução orçamental dos Projetos de Investimento

(5) LPM

A dotação atribuída ao Exército para execução dos diversos projetos no âmbito da LPM foi de 66,4M€, cuja aplicação por capacidades está detalhada na tabela seguinte:

Capacidades	Dotação Corrigida	Execução	
		Montante	%
Apoio Militar Emergência	3 051 000,00 €	707 495,00 €	23,2%
C2 Terrestre	16 199 714,00 €	14 546 713,68 €	89,8%
Forças Ligeiras	11 619 792,00 €	10 455 593,20 €	90,0%
Forças Pesadas	1 500 000,00 €	301 392,46 €	20,1%
ISTAR	2 411 035,00 €	1 773 132,00 €	73,5%
Operações Especiais	1 918 585,00 €	504 508,08 €	26,3%
Prot Sobr Força Terrestre	14 266 825,00 €	9 255 521,00 €	64,9%
Reservas de Guerra	2 860 500,00 €	2 860 500,00 €	100,0%
Sust Log Força Terrestre	12 585 124,00 €	8 813 156,00 €	70,0%
Total	66 412 575,00 €	49 218 011,42 €	74,1%

Tabela 16 – Execução Orçamental da LPM por projeto

A execução global situou-se nos 74%, excluídos os montantes de autopagamentos executados com vista à transição de saldos para 2019 de dotações de Receitas Gerais, no montante de 3.730.205,81€.

No que concerne a receitas próprias (retorno de IVA, transferências entre organismos e transição de saldos), transita para o ano de 2019 o montante de 5.493.643,50€.

(6) LIM

No que se refere à LIM, a execução orçamental foi a que a seguir se apresenta:

Projeto	Dotação Corrigida	Execução	
		Montante	%
Componente Fixa do Exército	8 880 000,00 €	- €	0%
Modernização de Aquartelamentos	12 575 480,00 €	4 354 231,34 €	35%
Total	21 455 480,00 €	4 354 231,34 €	20%

Tabela 17 – Execução Orçamental da Lei das Infraestruturas Militares

(7) Projetos Comunitários

As dotações provenientes de Projetos comunitários, contaram com uma execução orçamental de 366.850€, conforme tabela seguinte:

Projeto	Dotação Corrigida	Execução	
		Montante	%
Projetos de 2018	461 488,00 €	253 202,30 €	55%
Saldo Transitados	160 252,00 €	113 647,66 €	71%
Total	621 740,00 €	366 849,96 €	59%

Tabela 18 – Execução Orçamental relativa a Projetos Comunitários

4. Grau de realização dos programas de formação, com inclusão de indicadores

Em 2018 realizaram-se 518 ações de formação, com uma taxa de aproveitamento de 77,88%. Comparativamente com o ano de 2017, estes dados traduzem uma diminuição de 45 ações de formação e um decréscimo de 109 formandos.

Ações de Formação realizadas	Formandos	Taxa de Aproveitamento
518	7 840	77,88%

Tabela 19 – Formações realizadas, formandos e respetiva taxa de sucesso

Foram contabilizadas todas as ações de formação no âmbito do Plano de Formação Anual do Exército, que integra também os cursos de formação inicial RV/RC.

Em relação à taxa de aproveitamento, ressalva-se que o valor é ligeiramente abaixo do expetável, pois dos 7.840 Formandos, 902 continuam em formação no ano de 2019.

O quadro seguinte apresenta as ações de formação discriminadas por tipo de formação. A formação inicial inclui os cursos de ingresso no Quadro Permanente e em RV/RC.

Cursos	Ações	Formandos		
		Iniciaram	Aprovados	Observações
Formação Inicial	126	2 246	969	771 em formação
Qualificação	374	4 565	4 201	262 em formação
Promoção	18	1 029	936	39 em formação

Quadro 9 – Formações realizadas, por tipologia

As 411 ações já realizadas, segundo uma distribuição por Formação Inicial para o Quadro Permanente, Qualificação e Promoção, abrangeram as seguintes horas de formação:

Cursos	Formações	Formandos	Horas de Formação
Formação Inicial	18	161	16 924
Qualificação	374	4 565	68 580
Estado-Maior	1	17	1 260
Promoção a Oficial Superior	1	39	942
Promoção a Capitão	1	82	444
Promoção a Sargento-chefe	3	211	680
Promoção a Sargento-ajudante	3	237	816
Promoção a Cabo	10	460	2 114

Tabela 20 – Formações realizadas e horas de formação

Considerando o total de 5.772 formandos cujas ações de formação se concluíram até 31 de dezembro de 2018, a taxa de aproveitamento fixou-se acima de 90,96%.

Em relação aos cursos de promoção para militares do Quadro Permanente, relevam-se os seguintes indicadores de aproveitamento:

Curso	Iniciaram	Aprovados
Promoção a Oficial Superior	39	39 em formação
Promoção a Capitão	82	81
Promoção a Sargento-chefe	211	211
Promoção a Sargento-ajudante	237	237

Tabela 21 – Número de formandos em cursos de promoção do Quadro Permanente

Os dados relativos aos cursos de formação inicial de Oficiais, Sargentos e Praças RV/RC, estão detalhados no quadro seguinte:

Categoria	Formandos	Aprovados	Taxa de Aproveitamento
Oficiais	80	23	28,75% (35 em formação)
Sargentos	197	88	44,67% (86 em formação)
Praças	1 661	720	43,35% (484 em formação)

Quadro 10 – Número de formandos em cursos de formação inicial para RV/RC

O quantitativo de militares e civis a frequentar cursos fora do Ramo foi de 202, com uma taxa de aproveitamento de 100%, e com a distribuição que se apresenta na tabela seguinte:

Categoria	Formandos
Oficiais	59
Sargentos	86
Praças	41
Civis	16

Tabela 22 – Formações fora do Ramo, por categoria

Relativamente a formação no estrangeiro, foram concluídos, com taxa de aproveitamento de 100%, as ações de formação identificadas no quadro seguinte:

País	Curso	Oficiais	Sargentos	Praças	Civis
França	<i>Course Supérieur Inter Armes</i>	1			
França	<i>French Joint Staff Course</i>	1			
Alemanha	<i>N2-02 NATO Intelligence Course</i>	1			
Espanha	<i>C-IED Staff Officer Course</i>	1			
Alemanha	<i>M7-135 NATO Global Programming Analysis Course</i>	1			
Alemanha	<i>N3-17 NATO Joint Targeting Staff (NJTS) Course</i>	1			
Espanha	Intercâmbio de Oficiais de Ligação (LNO) DF/MADOC	1			
Alemanha	Simpósio Internacional de Psicologia Aplicada	1			
Espanha	CURSO DE Estado-Maior - Espanha 2017/2018	1			
Espanha	<i>Curso de Diseño de Planes de Estudio</i>	1			
Alemanha	<i>Language Testing Seminar</i>				1
Espanha	Seminário MADOC IBDOCEX VIII	9		4	
Alemanha	<i>N3-21 NATO Joint Electronic Warfare Course</i>	1			
Alemanha	<i>International Combat Life Saver Course</i>	1			
Itália	<i>0254 LOGFAS M&T Fundamental</i>		1		
Espanha	Festival Internacional de Balonismo		1	1	
Total		21	2	5	1

Quadro 11 – Formação frequentada no estrangeiro



III. AVALIAÇÃO FINAL

1. Análise à execução do Plano e sua articulação com o Programa do Governo

O Programa do XXI Governo Constitucional, advoga “um Estado forte, inteligente e moderno”, com uma aposta “em favor da descentralização, de procedimentos simplificados, de inovação e de digitalização”.

No âmbito da Defesa, estabelece como principais iniciativas:

- A aplicação do Plano Nacional de Ação para a implementação da resolução n.º 1.325 do Conselho de Segurança da ONU, sobre Mulheres, Paz e Segurança;
- O alinhamento da formação conferida nas Forças Armadas com o Sistema Nacional de Qualificações;
- A cooperação técnico-militar, no âmbito multilateral da CPLP ou a nível bilateral, nas áreas da formação, do treino e das indústrias de defesa; e
- Um plano de ação para uma cultura de defesa que inclui o Dia da Defesa Nacional.

A DCE17/19 foi concebida em linha com as orientações emanadas pelo Programa do XXI Governo Constitucional, integrando ainda outros objetivos que derivam da missão do Exército, das atribuições que lhe estão cometidas constitucionalmente e da visão do seu Comandante.

Neste sentido, é de realçar a consolidação das metodologias e ferramentas de gestão estratégica aplicáveis aos vários escalões de comando, bem como dos sistemas de informação de apoio à decisão, que têm vindo a melhorar a gestão, monitorizar o desempenho e aumentar a transparência das atividades do Exército.

A nível externo, a participação em missões internacionais no âmbito de operações de apoio à paz, de gestão de crises e da defesa dos direitos, liberdades e garantias, com enfoque no reforço da participação na *Resolute Support Mission*, tem permitido ao Exército Português afirmar-se como uma Força credível e de elevada prontidão, reconhecida pelos seus parceiros.

De um modo geral, apesar do quadro de restrição orçamental significativa, e da crescente dificuldade de recrutamento e retenção de efetivos, em 2018 o Exército foi capaz de cumprir a sua missão com êxito, manter os seus níveis de operacionalidade, cumprir os compromissos internacionais e garantir o apoio interno à salvaguarda de pessoas e bens, através da adequada alocação dos recursos disponíveis e do indissociável espírito de abnegação e de sacrifício dos seus militares.

2. Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados

A DCE17-19 representa um avanço no Planeamento Estratégico do Exército, estabelecendo orientações para a sistematização clara das prioridades, definindo os Objetivos Estratégicos, os Objetivos Operacionais e as Linhas de Ação para o cumprimento da Missão no período a que respeita, determinando as entidades primariamente responsáveis pelo desenvolvimento das atividades.

Esta metodologia permitiu uma simplificação do mapa estratégico e uma maior visibilidade sobre a execução, sobretudo ao nível dos projetos erigidos, apesar de se reconhecer a necessidade de identificar indicadores e metas que permitam aferir, não apenas o cumprimento das tarefas inerentes a cada projeto, mas também o seu grau de eficácia, eficiência e qualidade.

De um modo geral, o cumprimento dos projetos decorrentes da estratégia definida encontra-se dentro dos prazos estabelecidos, verificando-se que as situações de desvio se prendem, maioritariamente, com questões que carecem de orientações políticas ou de decisão externa ao Exército, como são os casos dos projetos que implicam alterações legislativas.

Por outro lado, a apreciação dos resultados obtidos não pode ser dissociada do contexto socio-económico do país, onde às restrições de carácter orçamental se junta um crescente afastamento dos jovens relativamente aos valores e às instituições de referência (nas quais se incluem as Forças Armadas), a par da contínua perda de competitividade remuneratória decorrente da estagnação salarial da carreira militar face ao significativo aumento do salário mínimo nacional, contribuindo fortemente para as dificuldades registadas ao nível do recrutamento e da retenção de efetivos.

Não obstante, em termos operacionais o ano de 2018 foi marcado pela consolidação da participação na MINUSCA, com elevado reconhecimento internacional do desempenho dos nossos militares, e pela projeção para o Afeganistão, no âmbito da *Resolute Support Mission*.

Paralelamente, verificou-se um empenhamento muito significativo de pessoal e meios nas missões de apoio ao desenvolvimento e bem-estar das populações, designadamente no cumprimento do Plano de Apoio Militar de Emergência, e ainda em ações do Plano de Atividade Operacional Civil, com o emprego de Engenharia Militar.

3. Mecanismos de participação e auscultação dos clientes

a. Clientes internos

Para além dos procedimentos de comando inerentes à instituição castrense, existem no Exército diversos mecanismos de participação e auscultação interna, dos quais se destacam:

- Ao nível da Gestão Estratégica, o MS EPM, que permite definir as tarefas a realizar e respetivos prazos e, simultaneamente, traduzir o grau de realização e os constrangimentos verificados. Este mecanismo é ainda reforçado, a nível setorial, pela realização de reuniões de acompanhamento da gestão estratégica.
- Ao nível da gestão corrente, os mecanismos de auscultação dos clientes internos baseiam-se na realização de reuniões de coordenação, na constituição de grupos de trabalho e, de uma forma cada vez mais expressiva, no recurso a plataformas colaborativas, na Intranet do Exército.
- Paralelamente, ao nível dos sistemas de informação e do conhecimento, o Exército continua a aumentar o número de funcionalidades disponíveis no Portal do Apoio à Decisão.
- Ao nível da gestão de recursos humanos, os Conselhos das Armas e Serviços constituem-se como um veículo importante, quer para a gestão das expectativas dos militares, quer para o adequado provimento de cargos e funções.
- No âmbito da formação, através da aplicação de questionários de expectativas e de satisfação relativamente às ações de formação ministradas, enquanto parte integrante do processo de certificação, que se reflete nos relatórios finais de curso.
- Ao nível do Ensino Superior Militar, está implementado um sistema interno de controlo de qualidade, nos termos dos requisitos estabelecidos pelo Regulamento n.º 392/2013, de 16 de outubro, da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.

b. Clientes externos

O principal meio de auscultação dos clientes externos reside no retorno institucional decorrente da participação em missões humanitárias e de paz, onde o desempenho dos militares portugueses granjeou o reconhecimento e o respeito das organizações e dos países aliados.

Da mesma forma, na cooperação com entidades civis, de que é exemplo o apoio à proteção e salvaguarda de pessoas e bens, o desempenho do Exército tem sido amplamente reconhecido pelos diversos agentes do Sistema de Proteção Civil.

Constituem ainda indicadores de medida do desempenho institucional do Exército, o estabelecimento de parcerias e protocolos de cooperação com outros organismos.

Paralelamente, existem diversas áreas de atividade do Exército que, em linha com as suas congéneres, têm implementado sistemas formais de avaliação externa, nomeadamente:

- Ao nível do Ensino Superior Militar, através dos mecanismos de verificação inerentes ao processo de acreditação.
- No âmbito da Investigação e Desenvolvimento, a Comissão de Avaliação e Acompanhamento garante a aferição dos resultados dos diversos projetos, realizando anualmente um *workshop* para apresentação do respetivo estado e resultados.
- No âmbito do relacionamento com o público, e conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro, o Exército disponibiliza, em diversos serviços, o Livro de Reclamações.
- No que concerne à divulgação e conservação do património histórico-militar, são disponibilizados o Livro de Honra e o “Livro do Visitante”, de forma a poder obter sugestões e propostas de melhoria dos serviços.

Paralelamente, o Exército monitoriza o *feedback* recebido através das suas páginas nas redes sociais, e procede à realização de inquéritos de expectativas e de satisfação.

4. Conclusões prospetivas

Apesar do contexto socio-económico do país e da dificuldade de captação e retenção de efetivos, o Exército manteve, em 2018, um nível elevado de realização dos seus Objetivos Estratégicos, quer em termos do desenvolvimento de projetos estruturantes, quer ao nível da sua atividade corrente.

No âmbito das operações, registou-se a consolidação da participação na missão da ONU na República Centro Africana e o reforço da participação nacional na *Resolute Support Mission*, com uma Companhia de *Quick Reaction Force* e uma equipa de mentoria e, simultaneamente, um incremento muito significativo do número de exercícios e atividades de treino operacional.

A nível interno, foram envidados esforços nas áreas do recrutamento e da retenção de efetivos, procurando incrementar as condições de habitabilidade e de serviço nas Unidades, e influenciar o poder político para a melhoria das condições legais e estatutárias, de modo a aumentar a atratividade do serviço militar junto dos jovens.

Na linha do referido anteriormente, 2019 antevê-se como um ano de múltiplos desafios:

- No âmbito interno, a materialização de uma nova visão estratégica, identificada na Diretiva Estratégica do Exército 2019-2021, traduzindo a ambição de melhoria contínua, mediante a permanente avaliação do desempenho institucional através de indicadores e metas concretas.
- No quadro externo, a contribuição para o ciclo de Planeamento Estratégico de Defesa Nacional, garantindo o seu alinhamento com o ciclo de planeamento de defesa da OTAN (*Defence Planning Process*) e com o processo de desenvolvimento de capacidades da União Europeia (*Capability Development Plan*).
- Ao nível da edificação de capacidades, a contínua modernização do Exército, face à necessidade de regenerar capacidades em fim de ciclo de vida, mantendo a aposta no desenvolvimento de capacidades duais e a reposição de capacidades exíguas ou inexistentes no Sistema de Forças, designadamente ao nível do equipamento individual do soldado, do Comando e Controlo, das Viaturas Táticas Blindadas Ligeiras, dos meios de *Intelligence, Surveillance, Target Acquisition, and Reconnaissance*, dos meios de Operações Especiais e dos meios de Apoio Militar de Emergência.
- No âmbito do empenhamento externo, para além da participação em diversos Teatros

de Operações no quadro das FND, com ênfase na MINUSCA e na *Resolute Support Mission*, aguardam-se novos desenvolvimentos para um eventual acréscimo de envolvimento na missão da OTAN no Iraque, no âmbito da *enhanced Forward Presence*.

- Relativamente à participação nos Mecanismos de Resposta Rápida da OTAN e da União Europeia, prevê-se, a médio prazo, o incremento do nível de empenhamento nacional, decorrente da participação na *NATO Rediness Initiative* da OTAN, a implementar a partir de 2020, e na *enhanced NATO Response Force*.
- Paralelamente, a evolução do contexto securitário internacional, e o subsequente reforço da presença no “flanco leste”, conferem ao incremento da cooperação com a Roménia, um papel importante ao nível das relações bilaterais.
- No que concerne ao apoio de emergência e ao apoio ao desenvolvimento e bem-estar, antecipa-se, igualmente, um maior envolvimento do Exército em atividades de apoio ao Sistema de Proteção Civil, nomeadamente, no âmbito do Plano de Apoio Militar de Emergência do Exército.

Face a estes desafios e à exiguidade de recursos disponíveis, o Exército terá que diligenciar no sentido de garantir a quota-parte do incremento do investimento nacional em defesa, decorrente do Compromisso de Gales, explorar as oportunidades criadas no âmbito da participação nacional em projetos no âmbito da *Smart Defence* da OTAN e da Cooperação Estruturada Permanente da União Europeia, e diversificar as fontes de financiamento, nomeadamente através do Fundo Europeu de Defesa, do Programa de apoio à Investigação e Desenvolvimento de Defesa da Agência Europeia de Defesa, e do reforço da Base Tecnológica e Industrial de Defesa.

Lisboa, 26 de junho de 2019

José Nunes da Fonseca
General
Chefe do Estado-Maior do Exército



GABINETE DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Repartição de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo

Rua do Museu de Artilharia

1149-065 Lisboa

PORTUGAL

Email: info@mailexercito.pt | Telefone Civil: 218 842 330 | Telefone Militar: 423 030

exercito.pt



